

# Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad propõe pacote de R\$ 243 bi para melhorar as contas públicas..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo cria programa que facilita quitação de débito tributário em litígio.....7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Apesar de "sinal positivo", mercado ainda cobra definição sobre gastos.....9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ajuste mira R\$ 242 bi, mas corte de despesas se limita a R\$ 50 bi.....11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Economistas vêm pontos positivos, mas sentem falta de contenção de gasto.....15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Especialistas criticam benefício ao Fisco no conselho administrativo.....16

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pacote fiscal poderá reduzir déficit previsto pela metade (Editorial)..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Exterior leva dólar à mínima desde novembro.....19

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O Marco Legal de Criptoativos - OPINIÃO JURÍDICA..... 21

O GLOBO - ON LINE - RJ  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Veja por que tributaristas não gostaram do pacote de Haddad para aumentar arrecadação  
..... 23

VALOR ONLINE - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Voto de desempate no Carf volta a ser favorável à Receita..... 25

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

CPF como identidade.....26

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Justiça bloqueia R\$ 6,5 mi de suspeitos de patrocinar ataque.....27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo ainda avalia se vai elevar o salário mínimo para R\$ 1.320.....28

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

Veja o valor de novas aposentadorias do INSS com o reajuste anual (Previdência) .....	30
VALOR ONLINE - EU E SEGURIDADE SOCIAL	
Como enfrentar o preconceito racial, segundo uma ex-executiva que luta por diversidade nos conselhos de empresas .....	31
O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE SERVIDOR PÚBLICO	
Lei aumenta pena e torna inafiançável e imprescritível crime de injúria racial .....	35
FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA SERVIDOR PÚBLICO	
Leia a íntegra do documento encontrado pela PF .....	38
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
O contra-ataque de Haddad - VINICIUS TORRES FREIRE .....	40
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA ECONOMIA	
R\$ 27 milhões gastos no cartão .....	41
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Crítico do nível de juros, Haddad afirma que pacote é carta para o BC" .....	43
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Inflação em 12 meses nos eua recua para 6,5% .....	45
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Corte de juros pelo Fed deve ficar para 2024 .....	46

# Haddad propõe pacote de R\$ 243 bi para melhorar as contas públicas



O ministro Fernando Haddad (Fazenda) e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante anúncio de medidas econômicas, no Planalto. PHOTO: LUIZ LIMA/REUTERS

**Idiana Tomazelli, Nathalia Garcia e Danielle Brant Brasília**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), anunciou nesta quinta-feira (12) um amplo pacote de medidas com a promessa de entregar uma melhora fiscal de R\$ 242,7 bilhões nas contas públicas deste ano. As iniciativas seriam suficientes para reverter o déficit e recolocar o país no azul em 2023 - embora o próprio ministro, de forma preventiva, tenha admitido que o efeito pode ficar abaixo do esperado.

Sob pressão do mercado financeiro para reduzir o rombo de R\$ 231,55 bilhões, agravado pela PEC (proposta de emenda à Constituição) da Gastação, que autorizou a ampliação de despesas em 2023, Haddad aposta na reversão de desonerações e em medidas extraordinárias para arrecadar mais. Uma delas é um Refis para renegociar, com descontos, dívidas de pessoas físicas e de empresas.

As iniciativas para elevar as receitas respondem pela maior parte do plano da equipe econômica (R\$ 192,7 bilhões), enquanto aquelas para reduzir despesas representam R\$ 50 bilhões.

Segundo os cálculos apresentados pela Fazenda, a combinação seria suficiente para levar o país a registrar um superávit de R\$ 11,13 bilhões neste ano.

No entanto, o próprio ministro afirmou, em entrevista a jornalistas, que parte das medidas pode sofrer alguma frustração. "Se somar a meta de cada ação, zera o déficit, [mas] sabemos que a meta de cada ação não será atingida", afirmou.

"Mesmo que [o governo] tome medidas para repor a

frustração, tem atraso que vai acontecer, tem noventena, anterioridade [até que medidas tributárias produzam efeito] e há despesas que podem surgir, porque não recebemos com transparência do governo anterior", disse Haddad.

Além de questões legais, o ministro citou também os efeitos da política de juros do Banco Central, que podem esfriar a economia e afetar a arrecadação.

Segundo ele, o objetivo do novo governo é reduzir o déficit previsto para este ano, de 2,16% do **PIB**, para um percentual entre 0,5% e 1% - ou seja, equivalente a até R\$ 100 bilhões. "Fechar o ano com menos de 1% do **PIB** de déficit acho que é bastante realista." O plano inclui decretos presidenciais, portarias e MPs (medidas provisórias), que têm vigência imediata, mas precisam do aval do Congresso para valer de forma definitiva.

Parte das medidas pode esbarrar em interesses de grupos, como a reversão da desoneração dos combustíveis, ou depender da efetiva adesão dos contribuintes, como os incentivos à redução de conflitos tributários. Uma fatia da arrecadação esperada também é baseada em ações extraordinárias, que não se repetirão nos anos seguintes.

A Fazenda, no entanto, sustenta que boa parte do ajuste será estrutural. Nos cálculos da pasta, o pacote equivale a um ajuste de 2,27% do **PIB** (Produto Interno Bruto), dos quais 1,61% viria de medidas de caráter permanente.

Em 2024, por exemplo, o governo estima uma melhora fiscal de R\$ 185 bilhões.

As medidas foram assinadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Palácio do Planalto nesta quinta, após reunião com Haddad e as ministras Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) e Esther Dweck (Gestão e Inovação em Serviços Públicos). As duas também participam da apresentação de Haddad.

Com o pacote, o governo Lula busca sinalizar um compromisso com a sustentabilidade fiscal, após a ampliação de despesas agravar o temor no mercado financeiro de uma trajetória explosiva da dívida pública.

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, reafirmou que as medidas serão suficientes para evitar que o endividamento ultrapasse os 80% do **PIB**, patamar bastante elevado para um país emergente como o Brasil. "A dívida fica estável em cerca de 75% [do **PIB**], olhando num horizonte de quatro anos, chegando em 2026 com esses patamares, e continuaria um processo de queda ao longo do tempo, até 2030", disse.

Ele ponderou que os números exatos dependerão dos efeitos do pacote, mas enfatizou a melhora esperada.

**Renegociação de litígios** Um dos pilares do plano mira o **Carf** (Conselho de Administração de Recursos Fiscais), tribunal administrativo que julga casos após discordância entre contribuintes e **Receita Federal**. O ministro tem chamado atenção para o aumento significativo do estoque de processos, que saltaram de R\$ 600 bilhões em dezembro de 2015 para mais de R\$ 1 trilhão até outubro de 2022.

Na tentativa de reduzir o crescimento desse passivo, a Fazenda pretende lançar o programa "Litígio Zero", que prevê renegociação de dívidas de pessoas físicas e empresas, com descontos e prazo de até 12 meses.

Para pessoas físicas, micro e pequenas empresas, o desconto seria de 40% a 50% do valor total da dívida, incluindo o tributo que originou o passivo, além de juros e multa. As condições valeriam para débitos até 60 salários mínimos (R\$ 78.120).

Para empresas com dívidas acima de 60 salários mínimos, o desconto seria de até 100% sobre o valor de juros e multas, no caso de valores irrecuperáveis ou de difícil recuperação. O governo vai permitir o uso de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa para quitar de 52% a 70% do débito.

Com o "incentivo à redução da litigiosidade no **Carf**", o governo estima obter R\$ 35 bilhões de receitas extraordinárias. Haveria ainda um ganho permanente de R\$ 15 bilhões pela diminuição dos conflitos. O argumento é que a maior integração entre **Receita Federal** e PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) torna perene uma parte do impacto extraordinário.

Já a estimativa da pasta para arrecadação com "incentivo extraordinário à denúncia espontânea" para que as empresas se regularizem é de R\$ 15 bilhões, com efeito permanente de R\$ 5 bilhões.

**Uso do PIS/Pasep** Outra fonte de receitas extras será R\$ 23 bilhões em ativos hoje depositados no Fundo PIS/Pasep, parados há décadas sem que haja

reclamação por parte de seus beneficiários. O resgate desses recursos pelo governo já foi autorizado pelo Congresso por meio da PEC aprovada no fim de 2022.

Na parte das medidas com efeito permanente, o governo revisou a previsão de arrecadação este ano, no valor de R\$ 36,4 bilhões. Desde a transição os técnicos tinham um diagnóstico de que as receitas estavam subestimadas no Orçamento.

**Créditos do ICMS** A Fazenda ainda espera arrecadar mais R\$30 bilhões neste ano com o chamado aproveitamento de créditos de ICMS, imposto estadual. A medida tem relação com o julgamento no STF que retirou o ICMS da base de cálculo de PIS/Co-fins nas operações de venda feitas pelas empresas.

O problema é que o julgamento não contemplou as aquisições de insumos das companhias, que continuavam considerando o ICMS na base de cálculo dos **tributos** federais nessas operações porque isso era mais vantajoso -elas ficam com um crédito tributário maior a ser abatido posteriormente.

Na prática, segundo técnicos, a distorção permite que os contribuintes usem como crédito um tributo que não foi pago. Por isso, o governo quer corrigir o problema via MR restabelecendo a cobrança dos **tributos**.

**Reoneração de combustíveis** A Fazenda calcula uma arrecadação extra de R\$ 28,9 bilhões com a reoneração de **tributos** federais sobre a gasolina e o etanol a partir de março. A medida, no entanto, não é certeza -alas econômica e política disputam porrogá-la ou não.

O pacote ainda inclui um impacto de R\$ 4,4 bilhões com a reversão da desoneração de PIS/Cofins sobre receitas financeiras de grandes empresas -medida adotada pelo governo de Jair Bolsonaro (PL) no apagar das luzes de seu mandato.

**Revisão de despesas** Duas medidas são previstas. A primeira é uma "revisão de contratos e programas", estimada em R\$ 25 bilhões.

Tebet afirmou que uma portaria estabelece critérios para a revisão e possível renegociação de contratos, bem como a reavaliação de políticas públicas no governo federal. A tarefa, porém, caberá a cada uma das pastas, sob acompanhamento da equipe econômica.

O governo também vai buscar, por meio de decreto, uma avaliação detalhada dos restos a pagar, como são chamadas as despesas herdadas de anos anteriores. Outros R\$ 25 bilhões viriam de uma execução menor dos valores autorizados no

Orçamento -entre técnicos, por exemplo, há uma percepção de que o governo não conseguirá executar todo o valor previsto para investimentos.

Outras medidas O ministro também anunciou o fim do recurso de ofício para valores abaixo de R\$ 15 milhões -quando a Fazenda recorre automaticamente de uma derrota sofrida na disputa por uma cobrança. Com as novas medidas, se o contribuinte vencer na primeira instância, o litígio acaba. Isso levaria à extinção de cerca de R\$ 6 bilhões em cobranças, discutidas em quase mil processos hoje no **Carf**.

O governo também vai dar mais poder às delegacias regionais para julgar conflitos de maior valor. Elas poderão analisar processos que envolvam até mil salários mínimos -hoje, o corte é de até 60 pisos. A expectativa é reduzir o número de processos em mais de 70%, deixando o tribunal centralizar seu trabalho nas discussões de maior valor.

Outra medida anunciada busca restabelecer o chamado "voto de qualidade" no **Carf**, dispositivo que assegurava à Receita a manutenção da cobrança tributária em caso de empate no julgamento -algo comum em disputas envolvendo grandes valores, uma vez que o tribunal é formado por representantes do Fisco e dos contribuintes.

Analista vê pacote na direção correta, mas questiona execução

As medidas anunciadas por Fernando Haddad (PT) vieram dentro do esperado pelo mercado e, com isso, a reação na Bolsa foi limitada. O Ibovespa fechou em baixa de 0,59%, a 111.850.

Para Étore Sanchez, economista chefe da Ativa Investimentos, dos R\$ 192,7 bilhões previstos em aumento de arrecadação, é possível ter certeza sobre o cumprimento de R\$ 60 bilhões. "As demais medidas não são tão precisas assim, seja por eventual decisão do próprio governo ou por potencial judicialização", afirma.

Ainda assim, Sanchez acredita que o pacote vai no caminho correto, e a meta de fechar o ano com déficit entre 0,5% e 1,0% do **PIB** é próximo do projetado pela Ativa.

Renato Carvalho são paulo

**AUMENTO REAL DO SALÁRIO MÍNIMO JÁ ACONTECEU, DIZ HADDAD**

O ministro foi questionado sobre a perspectiva de aumentar o salário mínimo para R\$1.320, como indicado por auxiliares do presidente durante o

governo de transição. Em resposta, Haddad afirmou nesta quinta (12) que Lula já cumpriu o compromisso feito na campanha de dar aumento real do salário mínimo com o valorde R\$1.302, que contempla um reajuste superior à **inflação**. Haddad

- O ministro Fernando Haddad (Fazenda) eo presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante anúncio de medidas econômicas, no Planalto Pedro Ladeira/Folhapress

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50155>

## As primeiras medidas econômicas de Haddad

### Cardápio de ações busca recuperar arrecadação e reverter o déficit nas contas públicas

■ 2023  
 ■ 2024

	Impacto, em R\$ bi	Impacto, em % do PIB
<b>Reestimativa das receitas previstas no Orçamento</b>	36,4 37,5	0,34 0,33
<b>Ações de receitas permanentes</b>	83,3 120,9	0,78 1,05
Aproveitamento de crédito do ICMS	30 39,8	0,28 0,35
Reoneração de combustíveis	28,9 6	0,27 0,05
PIS e Cofins sobre receita financeira	4,4 54,5	0,04 0,47
Efeito permanente do incentivo à redução de litigiosidade no Carf	15 15,5	0,14 0,13
Efeito permanente do incentivo à denúncia espontânea	5 5,2	0,05 0,04
<b>Ações de receitas extraordinárias</b>	73 -	0,68 -
Incentivo extraordinário à redução da litigiosidade no Carf	35 -	0,33 -
Incentivo extraordinário à denúncia espontânea	15 -	0,14 -
Receitas primárias com ativos do Fundo PIS/Pasep	23 -	0,21 -
<b>Ações de redução de despesas</b>	50 26,6	0,47 0,23
Revisão de contratos e programas	25 26,6	0,23 0,23
Autorização de execução inferior ao previsto na LOA 2023	25 -	0,23 -
<b>Ajuste total potencial</b>	242,9 185	2,27 1,61
<b>Déficit projetado no Orçamento de 2023</b>	231,6	2,2
<b>Resultado primário (superávit) após as medidas</b>	11,1	0,1



**1,61% do PIB**

é o tamanho da melhoria permanente do resultado fiscal, segundo a Fazenda

Fonte: Ministério da Fazenda

# Governo cria programa que facilita quitação de débito tributário em litígio

**ADRIANA FERNANDES ANNA CAROLINA PAPP**

O governo lançou ontem o programa Litígio Zero para renegociação de dívidas de pessoas físicas e empresas, com descontos e prazo de pagamento de até 12 meses. A medida faz parte do "plano Haddad", que tem o objetivo declarado de recuperar receitas do governo e levar a um ajuste fiscal.

O programa ficará aberto de 1.º de fevereiro a 31 de março. A Receita diz que o prazo não será prorrogado. Trata-se de uma transação tributária voltada a débitos em debate na esfera administrativa. O governo quer fazer uma "limpeza" nesses débitos para que as empresas e as pessoas físicas possam "virar a página" e iniciar um novo ciclo de crescimento.

Apesar de se tratar de uma renegociação de dívidas tributárias, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, disseram que esse não é um novo Refis - como são chamados os antigos programas de parcelamento de débitos tributários.

Quanto ao "Desenrola" - promessa de campanha eleitoral, para negociação de dívidas das empresas e pessoas físicas com instituições financeiras -, Haddad disse que o anúncio ficará para depois da sua participação no Fórum Econômico de Davos, que ocorre na semana que vem.

**POTENCIAL.** No Litígio Zero, pessoas físicas, micro e pequenas empresas terão de 40% a 50% de desconto sobre o valor total do débito, incluído o tributo devido, juros e multa.

O prazo de pagamento é de até 12 meses. A negociação vale até 60 salários mínimos (R\$ 78.120), independentemente da classificação da dívida ou capacidade de pagamento. Segundo o Ministério da Fazenda, o potencial de renegociação é de R\$ 3,72 bilhões envolvendo 30 mil processos.

Para as empresas, com valores de dívidas superiores a 60 salários mínimos, o desconto é de até 100% sobre o valor de juros e multas. Nesse caso, não há desconto dos **tributos**. A novidade, segundo o secretário da Receita, é a possibilidade de utilização de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa para quitar entre 52% e 70% do débito.

Segundo Barreirinhas, essa é uma antiga demanda dos contribuintes, com a vantagem de permitir o saneamento estrutural para as empresas no recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

O programa também põe fim ao recurso de ofício para valores abaixo de R\$ 15 milhões, o que permite acabar definitivamente com a disputa depois que o contribuinte vence na primeira instância. A apresentação do recurso de ofício é hoje automática para o Fisco.

A medida vai permitir acabar com quase mil processos hoje no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, o tribunal administrativo de disputas em torno de cobranças de **impostos** pela **Receita Federal**, num total de R\$ 6 bilhões de débitos. O pacote permite também que processos abaixo de mil salários mínimos sejam julgados definitivamente nas delegacias.

Hoje, o teto é de 60 salários mínimos. O governo diz que esse ponto do pacote vai reduzir em 70% o número de processos que entram no **Carf**.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

.....

**Caixa**

**Ministério da Fazenda e  
Receita estimam que  
potencial de renegociação  
é de R\$ 3,72 bilhões**

.....

# Apesar de "sinal positivo", mercado ainda cobra definição sobre gastos

**LUIZ GUILHERME GERBELLI**

A sinalização de que o governo busca reduzir o déficit primário para menos de 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) foi considerada positiva pelos economistas ouvidos pelo Estadão, mas eles dizem que é difícil estimar o real impacto do pacote anunciado ontem para as contas públicas.

No conjunto de medidas, a equipe econômica planeja reduzir o rombo de R\$ 231,5 bilhões previstos no Orçamento, o equivalente a 2,1% do **PIB**, para algo em torno de 0,5% a 1% do **PIB** neste ano - como já prevê boa parte dos analistas de bancos e consultorias.

"Acho que há um sinal positivo de o ministro (Fernando Haddad, da Fazenda) assumir que o déficit primário deverá ficar próximo de 1% do **PIB**", afirma Sergio Vale, economista- chefe da consultoria MB Associados.

"Do plano proposto, o certo é a arrecadação dos fundos do PIS/Pasep e a reversão das desonerações. A estimativa de receita é possível, mas fica em aberto porque depende do que será crescimento e **inflação**." No pacote anunciado, o Ministério da Fazenda fez uma reestimativa das receitas em R\$ 36,4 bilhões e previu um ganho de R\$ 28,8 bilhões com a volta de PIS/Cofins sobre combustíveis.

"Nada muda em nossa estimativa, que segue em déficit primário de 1% do **PIB** este ano", afirma Vale.

Num cenário otimista, em que todas as medidas anunciadas sejam alcançadas, o governo estima que pode até entregar um superávit primário de 0,10% do **PIB**.

Há uma grande dúvida, no entanto, em relação às medidas que envolvem o Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**). O governo, por exemplo, espera aumentar as receitas com o incentivo à redução de litigiosidade do órgão e com o estímulo à denúncia espontânea.

"Uma parte do que foi anunciado não é factível. As medidas que envolvem o **Carf** têm uma viabilidade baixa", afirma Gabriel Leal de Barros, economista- chefe da Ryo Asset. "Se essas medidas se mostrarem

factíveis, aí o mercado pode passar a considerá-las." O mercado também aguarda outras sinalizações importantes: como o governo deve reavaliar as despesas, em especial do novo Bolsa Família, diante dos problemas no Cadastro Único; qual será o novo regime fiscal; e como será a **reforma tributária**. "É importante fazer uma revisão do Cadastro Único. Já foi um problema, e ele foi agudizado em ano eleitoral, com o crescimento grande de famílias unipessoais cadastradas", diz Barros

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

---

## Revisão

**No pacote anunciado  
ontem, governo revê  
volume de receitas  
em R\$ 36,4 bi no ano**

---

# Ajuste mira R\$ 242 bi, mas corte de despesas se limita a R\$ 50 bi

**Larissa Garcia, Estevão Taiar, Raphael Di Cunto e  
Guilherme Pimenta De Brasília**

O governo anunciou nesta quinta-feira (12) seu primeiro pacote de ajuste fiscal, com foco maior no aumento da arrecadação e menos em redução de despesas. As medidas, segundo cálculos do Ministério da Fazenda, podem ter impacto de até R\$ 242,6 bilhões, ou 2,26% do Produto Interno Bruto (**PIB**) - desses, apenas R\$ 50 bilhões representam cortes de gastos.

Se todo o potencial for alcançado, o déficit de R\$ 231,5 bilhões previsto no Orçamento para 2023 poderia se transformar em superávit de R\$ 11,13 bilhões, de acordo com as contas do governo. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reconheceu, contudo, que podem ocorrer dificuldades para implementação e que vai mirar um déficit primário entre 0,5% e 1% do **PIB** este ano. "Vamos perseguir esta meta", disse. O déficit previsto no Orçamento deste ano é de 2,3% do **PIB**.

Haddad ressaltou que o governo considera que "é líquido e certo" que haverá uma receita de R\$ 90 bilhões além da já prevista no Orçamento deste ano e que as medidas apresentadas são capazes de zerar o déficit. "Mas sabemos que a meta de cada ação não vai ser atingida", disse.

O governo adotará outras medidas caso as metas sejam frustradas, destacou o ministro, mas há entraves legais para que façam efeito, como a noventena, período mínimo de 90 dias para que uma medida tributária possa entrar em vigor. Além disso, segundo ele, podem surgir novas despesas não previstas por falta de transparência da gestão do ex-ministro da Economia Paulo Guedes. "Não temos todos os elementos ainda para saber se estamos pisando em solo firme por causa das bombas retardadas deixadas pelo governo anterior", disse.

O ministro ressaltou, ainda, que medidas econômicas tomadas pelo governo até agora, incluindo a PEC da Transição, visam "reproduzir" as receitas e as despesas de 2022, que serviriam como "ponto de partida" para a nova gestão.

"Quero reiterar que estamos atuando no campo da receita e da despesa para tentar reproduzir o cenário

de 2022, a PEC da Transição e essas medidas, tudo somado, seria aproximar o que aconteceu no último ano do governo anterior. Não se trata de aumentar ou diminuir, se trata de repor", enfatizou.

Em relação às críticas sobre o foco do pacote nas receitas, com menor ajuste nas despesas, Haddad rebateu que o parâmetro é aproximar a arrecadação e os gastos aos níveis do ano passado e que "não pende para um lado ou para outro".

"O parâmetro é 2022, para ter como ponto de partida do novo governo, o que seria natural se não tivesse havido uma tentativa de ruptura institucional", complementou.

Do lado das despesas, as medidas são: efeito permanente de revisão de contratos e programas; autorização de execução inferior ao autorizado no Orçamento de 2023. Em cada um dos casos, o impacto esperado é de R\$ 25 bilhões.

O ministro ressaltou que, na peça orçamentária deste ano, há 1,5% do **PIB** a menos de receita [em relação a 2022], caindo de 18,7% do **PIB** para 17,2% do **PIB**.

Esses números, afirmou Haddad, foram explicitados na PEC da Transição como uma tentativa de "explicitar" o que estava acontecendo em termos fiscais.

O problema fiscal do governo, apresentou o ministro, é de R\$ 150 bilhões de desoneração e R\$ 50 bilhões de aumento de dispêndio. Ele ressaltou, no entanto, que os R\$ 50 bilhões não podem ser cortados, já que se trata dos programas de transferência de renda.

Além de medidas de recuperação fiscal, como o programa "Litígio Zero", que dá incentivos para quitação de débitos de processos administrativos no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**), o Tesouro reestimou a receita deste ano em R\$ 36,4 bilhões. Além disso, a exclusão do ICMS da base do PIS/Cofins não poderá ser considerada para cálculo de crédito tributário, o que aumentará a arrecadação.

Dentro do impacto do pacote, também estão a revogação da isenção concedida nos últimos dias do governo Bolsonaro de PIS/Cofins de receitas

financeiras e a reoneração "parcial" de combustíveis a partir de março. As medidas já haviam sido anunciadas, mas a pasta divulgou ontem a estimativa de impacto de R\$ 4,4 bilhões para o aumento de PIS/Cofins sobre receita financeira e de R\$ 28,88 bilhões para a reoneração de combustíveis.

Sobre combustíveis, Haddad disse que a decisão "só será tomada quando estivermos à frente da Petrobras e no momento adequado". "Ela está na planilha porque é o que a lei hoje está prevendo. Isso não impede o presidente da República de reavaliar esses prazos, a depender da avaliação política, o que impõe continuar no rumo de pacificar esse país, e em relação às conversas que vamos manter com a autoridade monetária, sobretudo à luz da carta recebida ontem justificando o não cumprimento da meta de **inflação**. É objeto da carta o tratamento desse assunto e queremos compreender", pontuou.

O ministro afirmou que o forte aperto monetário promovido pelo Banco Central "desorganizou o sistema de crédito no Brasil". "Tem gente que se incomoda quando falo de fatos da política monetária, mas fatos são fatos, [Selic] de 2,75% para 13,75% [ao ano] é um fato. Isso desorganizou o sistema de crédito no Brasil." O ministro também reforçou que o crédito é importante para a retomada da economia e voltou a defender "harmonização" entre as políticas monetária e fiscal.

"[Sobre harmonia entre Banco Central e Fazenda] Estamos aprendendo a fazer isso, do mesmo jeito que aprendemos a ler a carta do BC, o BC vai aprender a ler a nossa carta. Isso aqui é carta para BC", disse. Questionado, o ministro disse que não tem que estar "satisfeito ou insatisfeito com BC". "Tenho que respeitar independência e institucionalidade", completou, dizendo que a relação entre o BC e a Fazenda "é uma coreografia".

Voto de desempate no **Carf** volta a ser favorável à Receita

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, propôs ontem medida provisória (MP) para recriar o voto de qualidade no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**), que dá peso maior ao voto da **Receita Federal** em caso de empate, e também que a União possa recorrer ao Judiciário quando for derrotada no tribunal. A medida aumentaria as receitas em R\$ 50 bilhões este ano, dos quais R\$ 15 bilhões serão permanentes.

O voto de qualidade acabou há três anos, quando o Congresso incluiu isso numa MP em tramitação e o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou, à revelia da equipe econômica e do então ministro da Justiça

Sergio Moro. Até então, quando havia empate no **Carf** (um tribunal composto paritariamente por representantes da Receita e do contribuinte), a decisão era do presidente da turma ou do plenário, que é sempre um auditor da Receita. Isso fazia com que, em 95% das vezes, o julgamento fosse decidido em prol da tese do fisco. Desde 2020, o empate favorece o réu.

Principal articulador do fim desse modelo há três anos, na época como líder do PP, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou a interlocutores que não vetará a MP e que será a oportunidade de rediscutir o tema. Mas defendeu que é preciso "aperfeiçoar" o sistema, e não apenas a mera volta ao passado.

A nova MP terá que passar pela Câmara e caberá a Lira decidir o relator, responsável por negociar o projeto, e também o momento de pauta-lo. Haddad o procurou previamente para explicar as razões, o que diminuiu a resistência do presidente da Câmara, favorito para continuar no cargo.

A interlocutores Lira disse que os argumentos do governo são válidos e serão avaliados, mas que não considera a simples volta do voto de qualidade como positiva. A votação da MP será o momento de ajustar incorreções, como o valor das multas. A essas fontes Lira saiu-se com uma expressão para dizer como lidará com o tema: "Nem tanto ao céu nem tanto à terra".

Os argumentos de Haddad foram expostos ontem à imprensa. O ministro disse que o Brasil é caso único no mundo em que o empate beneficia o contribuinte e que isso causou desbalanceamento. "Essa anomalia inclusive ensejou acórdão do Tribunal de Contas da União [TCU] dizendo que isso era grave problema que ensejaria até corrupção", disse. O governo perdeu R\$ 60 bilhões em receita por ano com a mudança, a qual ele atribui também o aumento do estoque de contencioso no órgão, de R\$ 600 bilhões em 2019 para R\$ 1,2 trilhão em 2022 (período, contudo, da pandemia e de greve dos auditores).

A MP será publicada hoje e tem validade imediata, mas só será permanente se o Congresso aprová-la até junho. A proposta também permitirá à União recorrer ao Judiciário de derrotas no **Carf** (o que hoje só é permitido ao contribuinte). Para justificar isso, Haddad disse que há jurisprudências do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em favor da União ignoradas pelo **Carf**, que não podem ser corrigidas por esta vedação, mas não exemplificou quais. (RDC, LG, ET e GP)

#### Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Ajuste mira R\$ 242 bi, mas corte de despesas se limita a R\$ 50 bi

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187432>

## Plano de ajuste fiscal

Impacto das medidas - em R\$ bilhões

	2023	2024
Reestimativa de receitas	36,4	37,49
<b>Ações de receitas permanentes</b>	<b>83,28</b>	<b>120,39</b>
Aproveitamento de crédito de ICMS	30	39,82
PIS/Cofins sobre receita financeira	4,4	6,01
PIS/Cofins sobre combustíveis	28,88	54,51
Efeito permanente do incentivo à redução da litigiosidade do Carf	15	15,45
Efeito permanente do incentivo à denúncia espontânea	5	5,15
<b>Ações de receitas extraordinárias</b>	<b>73</b>	<b>-</b>
Incentivo extraordinário à redução da litigiosidade do Carf	35	-
Incentivo extraordinário à denúncia espontânea	15	-
Receitas primárias com ativos do PIS/Pasep	23	-
<b>Ações de redução de despesas</b>	<b>50</b>	<b>26,56</b>
Efeito permanente de revisão de contratos e programas	25	26,56
Autorização de execução inferior ao Orçamento	25	-

Fonte: Ministério da Fazenda

## Ponto a ponto

Principais medidas de recuperação fiscal

### Reoneração de PIS/Cofins

Sobre combustíveis (R\$ 28,88 bilhões) e setor financeiro (R\$ 4,4 bilhões).

### Programa litígio zero

**Objetivo:** recuperar recursos de processos administrativos no Carf que somam mais de R\$ 1 trilhão e de R\$ 180 bilhões nas delegacias da Receita Federal.

### Fim do recurso de ofício

Para valores abaixo de R\$ 15 milhões, contribuinte vence na primeira instância. Medida extingue cerca de mil processos no Carf e equivale a R\$ 6 bilhões.

### Retorno do voto de qualidade

Voto de desempate em julgamentos do Carf, que desde 2020 favorecia o contribuinte, volta a beneficiar o Fisco.

### ICMS na base de cálculo de PIS/Cofins

Exclusão do ICMS da base do PIS/Cofins não poderá ser considerada para cálculo de crédito tributário, o que aumentará a arrecadação

# Economistas vêm pontos positivos, mas sentem falta de contenção de gasto

**Rafael Vazquez e Marcelo Osakabe De São Paulo**

As medidas anunciadas pelo Ministério da Fazenda foram recebidas como um sinal positivo do novo governo, embora sejam vistas como iniciativas de curto prazo focadas mais no aumento da arrecadação que no corte de gastos.

"A direção é positiva, porém o anúncio não significa um plano fiscal de médio prazo. São medidas de curtíssimo prazo", avalia o sócio e economista-chefe da Ryo Asset, Gabriel Leal de Barros. Ele aponta que algumas são críveis, enquanto outras nem tanto. "O aumento da carga tributária é crível, a exemplo do PIS/Cofins sobre receita financeira. Já receitas provenientes do **Carf** e denúncia espontânea são pouco críveis e já foram tentadas anteriormente", acrescenta.

Para a economista-chefe do Credit Suisse, Solange Srour, agora é possível esperar melhora do resultado primário em torno de um déficit de R\$ 100 bilhões - as previsões eram de déficit perto de R\$ 230 bilhões este ano. "Mas é um número cercado de incerteza, porque há muitas medidas cujo impacto é difícil avaliar, como o próprio ministro admitiu", disse. Ela é cética sobre a mudança no **Carf** e a denúncia espontânea.

Srour nota ainda que algumas medidas que poderiam ajudar no resultado primário não estão garantidas, como a reoneração do PIS/Cofins sobre combustíveis ou mesmo a volta do IPI, que não foi incluída neste momento, provavelmente, por trazerem um impacto sobre a **inflação**.

Na visão de Gustavo Arruda, chefe de pesquisa do BNP Paribas para a América Latina, a eficácia das medidas no objetivo de gerar um superávit primário já em 2023 deve ser vista com cautela, mas a disposição do Ministério da Fazenda em anunciar as iniciativas na segunda semana de governo transmite um sinal positivo quanto ao compromisso com a responsabilidade fiscal. "É importante reconhecer isso. É possível que reduza o déficit para algo próximo de 1% do **PIB**-R\$100 bilhões." Arruda explica que, mesmo que as ações estejam focadas em arrecadação e pouco em corte de gastos, no fim das contas, o que interessa para a sustentabilidade fiscal do país é o equilíbrio, que pode ser dado por um lado ou pelo outro. Ele ainda acrescenta que, no governo

atual, o debate da âncora fiscal deve se redirecionar novamente para a geração de superávits, em vez de tetos para os gastos. "Devemos nos preparar para a discussão sobre resultados primários como âncora fiscal", comenta.

Na CM Capital, o economista Matheus Pizzani avalia que o objetivo de Haddad falar em déficit entre 0,5% e 1% em 2023, contradizendo a esperança declarada de alcançar superávit de R\$ 11 bilhões com as medidas, é demonstrar bom senso quanto à realidade do cenário atual. "Para 2023, é melhor que ele fale em déficit mais ameno, porque é improvável que gere superávit já neste ano. Não compromete a credibilidade. Seria muito pior se promettesse superávit neste ano diante da dificuldade de que seja efetivamente alcançado", diz Pizzani.

Igor Baremboim, sócio-diretor da Reach Capital e professor de Economia Política e Finanças na Fundação Getúlio Vargas (EESP FGV-SP), corrobora a visão de que o anúncio passa um sinal positivo, mas analisa com cautela. "É um passo na direção correta, mas o que a gente quer saber mesmo é sobre a regra fiscal, a lógica que vai balizar o Orçamento e a dívida."

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187432>

# Especialistas criticam benefício ao Fisco no conselho administrativo

**Beatriz Olivon De Brasília**

A possibilidade de a União recorrer ao Judiciário das suas derrotas no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** e o retorno do modelo de desempate favorável à Fazenda não foram bem recebidos por empresas e especialistas. Eles destacam, porém, um ponto positivo do pacote anunciado pelo Ministério da Fazenda: o fim de recursos ao órgão em casos de até R\$ 15 milhões com vitória dos contribuintes na primeira instância administrativa.

A Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) lamentou o retorno do voto de qualidade, indicando, em nota, que já há maioria em favor da constitucionalidade do voto de desempate favorável ao contribuinte no Supremo Tribunal Federal (STF). "Não parece existir urgência que justifique a edição de uma medida provisória ou sequer evidências que embasem essa proposta." Para a entidade, não é possível estimar os ganhos de arrecadação com essa medida, a menos que se pressuponha interferência nos julgamentos, o que seria uma "desvirtuação" do órgão. A retomada do voto de qualidade, acrescenta, poderá aumentar o contencioso, ao contrário do prometido pelo governo.

Essa também é a posição de tributaristas ouvidos pelo Valor. De acordo com João Marcos Colussi, sócio do escritório Mattos Filho, o voto de qualidade não resultará em receita para a União. Para garantir recursos de forma imediata, diz, seria preciso uma transação tributária ou programa de anistia atrativos aos contribuintes.

"A possibilidade de a Fazenda ir ao Judiciário vai selar 100% de judicialização de cobranças. Medida oposta à suposta intenção das alterações", diz o ex-conselheiro Caio Cesar Nader Quintella, sócio da área tributária de Ogawa, Lazzerotti e Baraldi Advogados. Ele acrescenta que a mudança na forma de desempate não pode ter viés, objetivo nem compor estratégia de arrecadação.

No entendimento do advogado Julio Janolio, sócio do escritório Vinhas e Redenschi Advogados, a volta do voto de qualidade e a possibilidade de a PGFN recorrer à Justiça não causarão aumento de arrecadação, mas de litigiosidade e incertezas.

Representando o outro lado da disputa tributária, a entidade que representa os auditores fiscais, o Sindifisco Nacional, considerou acertada a decisão de restabelecer o voto de qualidade-uma de suas bandeiras. "O empate acontece justamente nos casos de maior monta, em que se discutem os débitos das grandes empresas", diz o sindicato em nota.

Segundo estudos do Instituto de Justiça Fiscal (IJF), citados pelo Sindifisco, baseados em dados de 2017, nas decisões favoráveis à Fazenda, com valores superiores a R\$ 300 milhões, 50% foram tomadas com o voto de qualidade e, na faixa de valores superiores a R\$ 1 bilhão, esse percentual alcançou 75%.

Tributaristas concordam que o desempate a favor do contribuinte não é comum pelo mundo. Mas Diana Piatti Lobo, sócia do Machado Meyer, lembra que o Brasil é um dos poucos países a ter um sistema tributário tão complexo, com alterações de normas tributárias constantes e conflitantes. Ela destaca, porém, como positiva a medida que estabelece o fim do recurso ao **Carf** para casos de até R\$ 15 milhões.

Carlos Augusto Daniel, do Daniel e Diniz Advocacia Tributária, entende que "o aumento do valor de alçada para recurso de ofício para R\$ 15 milhões vai reduzir os processos no **Carf**". Essa, segundo Alberto Medeiros, do Tozzini Freire Advogados, seria a única medida positiva entre as anunciadas para o Conselho.

## Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Especialistas criticam benefício ao Fisco no conselho administrativo

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187432>

# Pacote fiscal poderá reduzir déficit previsto pela metade (Editorial)

A primeira tentativa de reduzir o déficit fiscal previsto para o ano, de R\$ 231,5 bilhões foi apresentada ontem pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Na primeira vez que abordou o tema, o ministro disse que dificilmente o déficit primário seria menor do que os R\$ 63 bilhões da estimativa inicial orçamentária, feita antes da aprovação da PEC da Transição, mas que, por outro lado, não seria de forma alguma de 2% do **PIB**. Entre desejos, intenções e o que é factível, as medidas alinhadas ontem podem prover o meio termo. A intenção de Haddad é diminuir o déficit para menos de R\$ 100 bilhões. É importante que o governo tenha decidido reduzir o largo espaço fiscal, obtido de forma inédita antes mesmo de tomar posse.

Como era previsto, os cortes de despesas são a fração menor dos R\$ 242,6 bilhões estimados como potencial de ajuste por Haddad. A maior correção está contemplada em ações de receitas permanentes e extraordinárias (R\$ 156,6 bilhões). No caso das receitas permanentes, o governo deixa claro que vai acabar com a desoneração da gasolina, o que elevará seu caixa em R\$ 28,8 bilhões e com a redução do PIS-Cofins sobre receitas financeiras das empresas, feitas no apagar das luzes do governo de Jair Bolsonaro e que consome R\$ 4,4 bilhões.

Uma fatia importante do ganho em receitas permanentes e extraordinárias é incerta. Ao incentivo à redução de litigiosidade no **Carf** é atribuído um aumento de receitas permanentes de R\$ 15 bilhões e de receitas extraordinárias de R\$ 35 bilhões, estimativas arbitrárias à volta do voto de desempate do representante da **Receita Federal** nos litígios judiciais no conselho, cujo fim, em 2020, passou a propiciar ganhos seguidos às empresas no colegiado. Esses itens representam um terço dos ganhos esperados nas receitas do governo.

O aproveitamento dos créditos do ICMS teria um impacto de R\$ 30 bilhões. Ele seria proveniente de uma pendenga mal resolvida na decisão sobre a retirada do ICMS da base de cálculo do PIS-Cofins sobre as vendas das empresas, aprovada pelo STF. O Supremo, no entanto, manteve a situação anterior na aquisição de insumos pelas companhias, que passaram a ter abatimento maior dos **tributos** federais, o que os técnicos do governo consideram uma distorção que precisa ser encerrada.

A parte que pode ser considerada própria do primeiro ajuste, que será consolidado com regras fiscais que substituam o teto de gastos, derrubado por Bolsonaro e exterminado agora, diz respeito a ações que dependem da vontade do governo. As reestimativas de receitas orçamentárias elevem contribuir com R\$ 36,4 bilhões. É possível que esta previsão seja bastante conservadora e esses recursos sejam superiores a R\$ 50 bilhões. Em outra rubrica móvel, que poderá crescer dependendo do desempenho da economia, estima-se que a autorização para uma execução inferior ao que está no orçamento atinja R\$ 25 bilhões. Outros R\$ 25 bilhões viriam da revisão de contratos e programas, uma praxe na troca de governo cujos resultados são de magnitude incerta.

Há mais economias que não estão relacionadas no pacote do ministro da Fazenda, mas que podem ajudar no resultado primário. O ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, listou 10 milhões de cadastros irregulares no Bolsa Família, que serão corrigidos. Basicamente, são famílias que se atomizaram para aproveitar o Auxílio Brasil, que prevê R\$ 600 de auxílio por indivíduo. A revisão do Cadastro Único, esculhambado pelo governo Bolsonaro, e a focalização do programa podem proporcionar economias em relação aos R\$ 157 bilhões alocados este ano.

Do que depende então de decisão política de governo expressa no pacote, é possível reduzir os gastos previstos em R\$ 94,6 bilhões. Isso viria do fim da desoneração de **tributos** (R\$ 33,2 bilhões) e da reestimativa de receitas e autorização para gastar menos (R\$ 61,4 bilhões). Só com isso, o déficit primário estimado poderia cair então para R\$ 137 bilhões, sem considerar nenhum progresso em outras medidas, que devem ocorrer. Com isso, o rombo fiscal se reduziria a 1,2% do **PIB**, ainda distante do equilíbrio fiscal, mas a caminho de demonstrar que o governo Lula não é indiferente à questão.

Pacotes são pacotes e a realidade pode driblar todos os planos. O fator decisivo será a nova regra fiscal. A intenção de Haddad, expressa ontem, e a se confirmar, é mostrar que não deverá haver uma farra de gastos.

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE

Pacote fiscal poderá reduzir déficit previsto pela metade

# Exterior leva dólar à mínima desde novembro

**Arthur Cagliari e Victor Rezende**

O otimismo em torno da possibilidade de o Federal Reserve (Fed) desacelerar o ritmo de aperto monetário nos Estados Unidos motivou uma queda firme do dólar em âmbito global, que reverberou no mercado doméstico. O dólar encerrou a quinta-feira negociado a R\$ 5,0999, em queda de 1,56% no mercado à vista, no menor nível desde 4 de novembro.

Os número da **inflação** ao consumidor nos EUA, alinhados ao consenso das estimativas do mercado, deram apoio a um rali dos ativos de risco, que se mostrou ainda mais forte nos mercados emergentes. O real foi, ontem, uma das moedas de melhor desempenho contra o dólar e, no fim da tarde, só perdia para a rúpia indonésia.

"Vemos valor no real", diz o estrategista sênior para América Latina do TD Securities, Joel Virgen Rajano. "Achamos que os riscos fiscais são relevantes, mas pensamos que eles foram ampliados pela sinalização descuidada do presidente Lula para o mercado."

Em relatório enviado a clientes, Virgen Rajano diz acreditar que o cenário fiscal brasileiro "será mais construtivo do que o precificado pelo mercado", o que abre espaço para um real mais valorizado na avaliação do banco canadense. O TD projeta o dólar a R\$ 4,85 no fim deste ano e espera cortes de juros na segunda metade do ano.

Durante a sessão, a moeda americana chegou a cair ainda mais e, na mínima, atingiu R\$ 5,0694. O dólar, porém, se afastou desse nível na reta final da sessão, na medida em que o mercado passou a se atentar à apresentação do pacote fiscal do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Embora os participantes do mercado já esperassem boa parte das medidas apresentadas, algumas declarações de Haddad pesaram no humor dos agentes.

O reflexo dos comentários do ministro foi visto, em especial, no mercado de juros, onde a volatilidade foi acentuada. No fechamento, a taxa do DI para janeiro de 2026 caiu de 12,31% para 12,29%, após ter caído a 12,125% na mínima do dia; enquanto a taxa do DI para janeiro de 2029 apagou toda a queda observada ao longo da sessão e subiu de 12,34% para 12,36%.

"O valor total das medidas anunciadas somava R\$ 242,7 bilhões. Desse número, o que eu considero com efeitos prováveis é um valor total de R\$ 93 bilhões", afirma a economista-chefe para Brasil da Galapagos Capital, Tatiana Pinheiro. "Se, de fato, o governo acabar com as desonerações que propõe, teremos um resultado primário menos deficitário. Mas, na parte de redução de gasto, as medidas são questionáveis. Para um início de governo, achei as propostas de corte de despesas muito tímidas", destaca a economista. Ela vê chance de um déficit primário de pouco mais de 1% do **PIB** em 2023.

A reação dos ativos financeiros ao pacote fiscal de Haddad, porém, não foi tão forte, como observa Pinheiro, ao apontar que o dólar continuou em queda firme, enquanto as taxas curtas e intermediárias exibiram leve queda. A economista, porém, ressalta que as propostas "não resolvem o nosso problema nas contas públicas".

"Muita coisa não parece ser provável, como o ganho previsto pelo governo com a redução da litigiosidade no **Carf** e o ganho projetado com as denúncias espontâneas", diz Pinheiro, para quem os participantes do mercado devem continuar atentos às informações do novo governo na seara fiscal.

Além disso, apesar do pessimismo dos agentes financeiros com a questão fiscal, o fluxo de capital estrangeiro para a renda fixa tem permitido uma queda firme às taxas futuras nos últimos dias. No leilão de prefixados de ontem, o Tesouro Nacional vendeu o lote integral de 1,25 milhão de NTN-Fs, títulos prefixados de longo prazo, que costumam ser os papéis mais demandados pelos investidores estrangeiros.

Os clientes estrangeiros foram os melhores compradores de títulos locais hoje, com destaque para os vencimentos mais longos de papéis atrelados à **inflação**, destaca o trader de renda fixa de um grande banco local. A taxa da NTN-B com vencimento em agosto de 2030 caiu de 6,025% na quarta-feira para 5,969%.

Para ele, os dados de **inflação** dos EUA foram "muito bons" para os mercados emergentes como um todo, o que permitiu ao Tesouro fazer uma oferta maior de títulos públicos. O fluxo, assim, também permitiu ao

câmbio um novo dia de apreciação.

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE  
Exterior leva dólar à mínima desde novembro

**Site:** <https://valor.globo.com/wall-verify/?next=https://valor.globo.com/impesso>

# O Marco Legal de Criptoativos - OPINIÃO JURÍDICA

**Felipe Palhares**

Com a recente aprovação do Projeto de Lei nº 4.401/2021 pelo Congresso Nacional e a sua consequente sanção pelo presidente da República, o Brasil passa a enfim ter um Marco Legal de Criptoativos, consubstanciado na Lei nº 14.478/2022. A novel legislação, no entanto, não resolve todos os problemas relacionados ao mercado de criptoativos, além de criar novos imbróglios para determinados atores desse setor. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a legislação tem um papel fundamental na consolidação de um mercado inovador, que sempre gerou muitas controvérsias, especialmente pelos diversos golpes financeiros perpetrados mediante a utilização de criptoativos e de escândalos como a recente quebra da FTX.

A regulamentação, quando bem pensada, é altamente benéfica para o desenvolvimento da atividade regulada, trazendo maior segurança jurídica aos participantes do mercado e permitindo que investidores (tanto dos próprios criptoativos quanto de empresas focadas nesse segmento) tenham maior confiança em se envolver em atividades nesse ramo. Os desafios do Marco Legal de Criptoativos, entretanto, começam no escopo imaginado para a legislação e na sua real abrangência. Com efeito, a norma ora aprovada foi inicialmente concebida com foco específico nas chamadas exchanges, corretoras que prestam serviços de compra, venda e troca de criptoativos e que são a ponte central para a conversão dos ativos virtuais em moeda fiduciária.

Ao focar nesses atores, o legislador criou obrigações razoáveis para se evitar crimes financeiros, instituindo que respectivas entidades somente podem funcionar mediante prévia autorização do poder público (que provavelmente ficará a cargo do Banco Central do Brasil) e estabelecendo a sujeição delas à legislação de crimes contra o sistema financeiro e à Lei de Lavagem de Dinheiro, o que demanda a criação de procedimentos internos de KYC (know your customer) por parte das exchanges, considerando que a maior parte dos golpes passa, em algum momento, pela troca de criptoativos por moeda corrente de curso legal.

Para as corretoras nacionais, tais obrigações não são verdadeiramente uma novidade, na medida em que a

Instrução Normativa nº 1888/2019, da **Receita Federal**, já determinava a obrigatoriedade da prestação de informações mensais relativas às operações realizadas com criptoativos, embora passem a ser uma obrigação legal para as exchanges domiciliadas em outros países, que não estavam sujeitas aos termos da instrução normativa e que, por tal razão, operavam com maior liberdade e sem tantas amarras burocráticas. Ainda que respectivas obrigações sejam prudentes em relação às exchanges, de acordo com a interpretação que se faça de alguns dispositivos da legislação, elas também podem alcançar outras organizações que não corretoras, criando um óbice burocrático adicional e complexo, que talvez fosse desnecessário.

Isso porque o artigo 5º do Marco Legal de Criptoativos estabelece que são considerados serviços de ativos virtuais atividades como a úoca de ativos virtuais e moeda nacional ou moeda estrangeira, a troca entre um ou mais ativos virtuais, a transferência de ativos virtuais, a custódia ou administração de ativos virtuais ou de instrumentos que possibilitem controle sobre ativos virtuais e a participação em serviços financeiros ou prestação de serviços relacionados à oferta por um emissor ou venda de ativos virtuais. Parece que o legislador redigiu a legislação tentando mirar nas exchanges, mas acabou acertando um número muito maior de players. Em tese, a depender da interpretação que se faça de respectivo dispositivo legal, aplicações como MetaMask e Ledger Live, que permitem a administração de ativos virtuais e facilitam a transferência de tais ativos entre carteiras, poderiam estar sujeitas aos termos do Marco Legal, sendo obrigadas a requerer licença para funcionamento no país e a instituir procedimentos de KYC. Até que ponto faz sentido impor obrigações desse patamar nesses casos específicos?

A situação é ainda mais curiosa quando se observa que os utility tokens - instrumentos que provem ao seu titular acesso a produtos ou serviços especificados ou a benefício proveniente desses produtos ou serviços - foram excluídos do conceito de ativo virtual previsto no artigo 3º do Marco Legal. Nesse sentido, uma aplicação similar à MetaMask que somente permita a administração de utility tokens, ou uma exchange que somente opere utility tokens, estariam fora do escopo da legislação, não sendo obrigadas a cumprir com as respectivas obrigações.

Mesmo em relação aos atores que claramente e com razão - estão sujeitos à legislação, a exemplo das exchanges nacionais e internacionais, o Marco Legal não define quais são as sanções aplicáveis em caso do seu descumprimento. Afinal, o que acontece com as organizações que deveriam obedecer aos requisitos instituídos pela legislação, mas não o fazem? É provável que o órgão que ficará responsável por autorizar o funcionamento das prestadoras de serviços de ativos virtuais posteriormente defina esse ponto, embora alguma disposição nessa linha já poderia ter sido prevista na legislação.

Indiferentemente de eventuais lacunas ou escolhas questionáveis, como a retirada do texto da previsão da obrigatoriedade de segregação patrimonial, não restam dúvidas que o Marco Legal de Criptoativos será de extrema importância para o setor e para colocar o Brasil no mapa dos países que já possuem regulamentação específica para esse mercado, incentivando o seu desenvolvimento de forma sustentável e exponencial. Ainda assim, parece também evidente que o legislador redigiu a legislação tentando mirar nas exchanges, mas acabou acertando um número muito maior de players. As consequências dessa escolha só o tempo dirá.

Felipe Palhares é sócio da área de Blockchain e Inovação do BM A Advogados Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187432?page=2&section=4>**

# Veja por que tributaristas não gostaram do pacote de Haddad para aumentar arrecadação

*Por Manoel Ventura, Cássia Almeida e Raphaela Ribas - Brasília e Rio*

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, lançou ontem uma série de medidas econômicas para melhorar as contas públicas. As ações preveem aumentar a arrecadação do governo federal em R\$ 192,7 bilhões, além de um corte de gastos de R\$ 50 bilhões.

São medidas que incluem reoneração de **impostos** e uma espécie de Refis de dívidas tributárias. No total, as medidas somam R\$ 242,7 bilhões, entre receitas e cortes de gastos. As iniciativas seriam suficientes para reverter o déficit e recolocar o país no azul em 2023. Mas o ministro não apresentou nenhuma ação efetiva de corte de gastos e admitiu que o efeito pode ficar abaixo do esperado.

Opinião parecida têm advogados tributaristas ouvidos pelo GLOBO. Os especialistas apontaram retrocessos judiciais e afirmaram que, na prática, as medidas não vão resolver o rombo nas contas públicas como Haddad espera. Eles também avaliam que podem causar outros problemas.

Uma das medidas anunciadas é o programa Litígio Zero, espécie de Refis de dívidas tributárias para pessoas físicas e jurídicas, com descontos e prazo de até 12 meses para pagamento (veja quadro ao lado).

Para o advogado tributarista Eduardo Lustosa, o Litígio Zero (que Haddad afirma não ser um Refis) será importante para aliviar o caixa das empresas, principalmente depois dos dois anos de pandemia agravados pela crise financeira. Mas sua percepção não é a mesma sobre o anúncio da exclusão do ICMS da base de cálculo dos créditos de PIS/Cofins.

-- Perdendo o direito deste crédito, o empresário tem menos desconto e, portanto, vai pagar mais. Com isso, o tributo sobre o produto aumenta e, conseqüentemente, é repassado ao consumidor final -- explica Lustosa, sócio da Lustosa e Las Heras Advogados.

Outra ação anunciada é o fim do desempate a favor dos contribuintes nos julgamentos do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**). Esse modelo substituiu, em 2020, o voto de qualidade - que

é o desempate pelo voto duplo de um representante da Receita.

O **Carf** é o tribunal administrativo do Fisco, ao qual recorrem contribuintes (na maioria dos casos pessoas jurídicas) que não concordam com sanções tributárias aplicadas pela Receita.

Os empates nos julgamentos do **Carf** costumam ocorrer nos assuntos mais disputados tanto pelas teses jurídicas quanto pelos valores envolvidos. Há hoje cerca de R\$ 1 trilhão em discussão no **Carf**. São processos que contestam a incidência de **tributos** e multas aplicadas por auditores fiscais.

Outra medida envolvendo o **Carf** é a extinção dos recursos para dívidas abaixo de R\$ 15 milhões, encerrando o litígio. Hoje a Fazenda recorre automaticamente de uma derrota sofrida na disputa por uma cobrança desse valor. A Fazenda estima que vai arrecadar R\$ 50 bilhões com a "redução de litigiosidade do **Carf**".

Sobre o fim do desempate a favor dos contribuintes nos julgamentos administrativos do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**), André Félix Ricotta de Oliveira, da Félix Ricotta Advogados, pontua que o ministro está descartando toda a discussão realizada nos anos anteriores pelo poder legislativo:

-- Ele (Haddad) quer apresentar uma mudança sem reflexão, sendo que já houve debate da sociedade anteriormente com comissão de juristas sobre isso. Estas decisões só vão aumentar o litígio.

Lustosa explica que os julgamentos do voto de qualidade, vigentes até 2020, eram compostos por oito pessoas, sendo quatro representantes dos contribuintes e quatro da **Receita Federal**. O presidente da Turma é alguém do Fisco e, como este tem direito a um voto também, na conta prática, em caso de empate, o governo sempre tinha cinco votos.

No modelo atual, é o contrário: se houver empate, a decisão é favorável ao contribuinte. Por outro lado, não há espaço para a Receita recorrer. É essa desvantagem para o governo que Haddad quer reverter.

-- Não tem meio termo. A saída mais justa, a meu ver, é manter a extinção do voto de qualidade, que favorece o contribuinte, mas com abertura para que a decisão seja questionada depois -- diz Lustosa.

Daniel Moreti, sócio do Fonseca Moreti Advogados, diz que as matérias julgadas pelo **Carf** com voto de desempate favorável aos contribuintes não estavam pacificadas pelo Poder Judiciário.

-- Os fundamentos apresentados pelo Ministério da Economia são, no mínimo, duvidosos. Ademais, não se pode comparar aquilo que foi chamado de padrões do mundo, que são completamente distintos do sistema tributário brasileiro. Em suma, o conjunto de medidas anunciadas demonstra, na prática, uma única preocupação, que é a equalização da arrecadação federal no ano de 2023.

Carla Mendes Novo, pesquisadora do Núcleo de Estudos de Tributação do Insper, acredita que as medidas em relação ao **Carf** serão objeto de muito debate e podem ser questionadas, em especial a extinção do voto de qualidade:

- Essas mudanças trazem insegurança jurídica. Mudou em 2020, agora de novo. Essa medida pode se reverter contra o Fisco. Ao não resolver na esfera administrativa, o contribuinte pode recorrer à Justiça.

Ela afirma que os julgamentos no tribunal foram afetados na pandemia e houve uma trava nos valores para as sessões virtuais a R\$ 36 milhões, mas os processos continuaram entrando. Os julgamentos só voltaram a ser presenciais em setembro do ano passado.

-- Entendo como um retrocesso a alguns avanços. O ministro disse que o estoque de processos no **Carf** aumentou, mas não dá para correlacionar esse aumento somente ao voto de qualidade. Houve outros elementos.

A revisão das receitas traz ainda uma novidade: a restrição do aproveitamento do ICMS nos créditos de **impostos** federais, com potencial de elevar as receitas em R\$ 30 bilhões. Na prática, fica excluído o ICMS da base de cálculo dos créditos de PIS/Cofins, como determina decisão do STF.

Haddad anunciou também que o governo vai elevar em R\$ 36,4 bilhões a projeção de receitas neste ano. Isso se refere a uma previsão mais otimista de arrecadação na comparação com o projeto orçamentário aprovado pelo Congresso.

Na lista de ações também está a volta da cobrança dos **impostos** federais (PIS/Cofins) sobre

combustíveis, com impacto de R\$ 28 bilhões. No dia 2, o governo manteve a desoneração da gasolina e do etanol por 60 dias e do diesel e do gás de cozinha por um ano. O próprio ministro, porém, afirmou que o governo ainda não tomou uma decisão sobre o assunto e que isso só será feito após o senador Jean Paul Prates (PT-RN) assumir a Petrobras.

A Fazenda prevê ainda a reoneração do PIS/Cofins sobre a receita financeira de grandes empresas, um dos últimos atos da gestão Jair Bolsonaro, com impacto de R\$ 4,4 bilhões. Conforme autorizado pela "PEC da Transição", o ministério pretende também injetar R\$ 23 bilhões em receitas do PIS/Pasep que estão paradas em contas há mais de 20 anos.

Já do lado das despesas, o governo espera cortar R\$ 25 bilhões com a revisão de contratos e programas em todos os ministérios, mas os ministros Haddad e Simone Tebet não deram detalhes.

Para Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, é factível um déficit primário de 1%. O fim das desonerações, a receita com PIS/Pasep e o crédito do ICMS e a revisão das receitas é o que se consegue ganhar esse ano na parte da arrecadação, na opinião dele.

-- Com o **Carf**, em termos de recursos, é muito difícil de acontecer a previsão do governo, está excessivamente otimista -- avalia.

A dificuldade, diz Vale, é em relação ao que vai ser feito com os gastos. Para ele não houve clareza no ajuste que o governo pretende fazer.

Para Margarida Gutierrez, professora da Coppead/UFRJ, é muito positiva a preocupação com o déficit primário, que vai definir a trajetória da dívida pública. Ela diz, porém, que há muita incerteza em relação às receitas, inclusive à nova estimativa de arrecadação e à reoneração dos combustíveis, que ainda é incerta:

- As medidas de corte de gastos estão muito genéricas. São R\$ 50 bilhões de ajuste sem muita explicação.

**Site:**

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/01/veja-por-que-tributaristas-nao-gostaram-do-pacote-de-haddad-para-aumentar-arrecadacao.ghtml>

# Voto de desempate no Carf volta a ser favorável à Receita

*Por Raphael Di Cunto, Larissa Garcia, Estevão Tair e  
Guilherme Pimenta - De Brasília*

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, propôs ontem medida provisória (MP) para recriar o voto de qualidade no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**), que dá peso maior ao voto da **Receita Federal** em caso de empate, e também que a União possa recorrer ao Judiciário quando for derrotada no tribunal. A medida aumentaria as receitas em R\$ 50 bilhões este ano, dos quais R\$ 15 bilhões serão permanentes.

O voto de qualidade acabou há três anos, quando o Congresso incluiu isso numa MP em tramitação e o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou, à revelia da equipe econômica e do então ministro da Justiça Sergio Moro. Até então, quando havia empate no **Carf** (um tribunal composto paritariamente por representantes da Receita e do contribuinte), a decisão era do presidente da turma ou do plenário, que é sempre um auditor da Receita. Isso fazia com que, em 95% das vezes, o julgamento fosse decidido em prol da tese do fisco. Desde 2020, o empate favorece o réu.

Principal articulador do fim desse modelo há três anos, na época como líder do PP, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou a interlocutores que não vetará a MP e que será a oportunidade de rediscutir o tema. Mas defendeu que é preciso "aperfeiçoar" o sistema, e não apenas a mera volta ao passado.

A nova MP terá que passar pela Câmara e caberá a Lira decidir o relator, responsável por negociar o projeto, e também o momento de pauta-lo. Haddad o procurou previamente para explicar as razões, o que diminuiu a resistência do presidente da Câmara, favorito para continuar no cargo.

A interlocutores Lira disse que os argumentos do governo são válidos e serão avaliados, mas que não considera a simples volta do voto de qualidade como positiva. A votação da MP será o momento de ajustar incorreções, como o valor das multas. A essas fontes Lira saiu-se com uma expressão para dizer como lidará com o tema: "Nem tanto ao céu nem tanto à terra".

Os argumentos de Haddad foram expostos ontem à

imprensa. O ministro disse que o Brasil é caso único no mundo em que o empate beneficia o contribuinte e que isso causou desbalanceamento. "Essa anomalia inclusive ensejou acórdão do Tribunal de Contas da União [TCU] dizendo que isso era grave problema que ensejaria até corrupção", disse. O governo perdeu R\$ 60 bilhões em receita por ano com a mudança, a qual ele atribui também o aumento do estoque de contencioso no órgão, de R\$ 600 bilhões em 2019 para R\$ 1,2 trilhão em 2022 (período, contudo, da pandemia e de greve dos auditores).

A MP será publicada hoje e tem validade imediata, mas só será permanente se o Congresso aprová-la até junho. A proposta também permitirá à União recorrer ao Judiciário de derrotas no **Carf** (o que hoje só é permitido ao contribuinte). Para justificar isso, Haddad disse que há jurisprudências do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em favor da União ignoradas pelo **Carf**, que não podem ser corrigidas por esta vedação, mas não exemplificou quais.

**Site:** [valor.globo.com/brasil/noticia/2023/01/13/voto-de-desempate-no-carf-volta-a-ser-favoravel-a-receita.ghtml](https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/01/13/voto-de-desempate-no-carf-volta-a-ser-favoravel-a-receita.ghtml)

# CPF como identidade

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, com vetos, a Lei 14.534/23, que estabelece o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) como único número do registro geral em todo o país, de forma a ser usado para identificar o cidadão nos bancos de dados dos serviços públicos. Com a entrada em vigor da nova lei, o CPF deverá constar nos cadastros e documentos de órgãos públicos, do registro civil ou dos conselhos profissionais, como é o caso de certidões de nascimento, casamento e óbito, bem como em documentos de identificação, registros de programas como PIS e Pasep, identificações relativas a **INSS**, título de eleitor, certificado militar, cartões de saúde, carteira de trabalho, carteira nacional de habilitação, entre outros. A lei entra em vigor a partir da publicação no Diário Oficial da União, mas estipula alguns prazos para a adaptação de órgãos e entidades: 12 meses para adequarem sistemas e procedimentos de atendimento aos cidadãos; e de 24 meses para que tenham a interoperabilidade entre os cadastros e as bases de dados.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/13/01/2023/p1>

# Justiça bloqueia R\$ 6,5 mi de suspeitos de patrocinar ataque

*José Marques e Marcelo Rocha*

Brasília A Justiça Federal bloqueou nesta quinta-feira (12) bens e direitos de 52 pessoas, cinco empresas e duas entidades suspeitas de patrocinar os ataques golpistas do último domingo (8).

A decisão atende a um pedido da AGU (Advocacia-Geral da União), órgão responsável pela representação jurídica do governo.

A quantia será utilizada para reparar os danos causados pela depredação do patrimônio público, caso haja condenação dessas pessoas. Para o juiz federal Francisco Alexandre Ribeiro, ainda que "aparentemente, [os réus] não tenham participado diretamente dos mais recentes atos e manifestações antidemocráticas", há "indícios da prática de atos ilícitos" por parte dos acusados a justificar a decretação da medida.

O magistrado destacou que mesmo em reuniões e manifestações populares lícitas há o risco de que os ânimos se exaltem e provoquem o chamado "efeito manada" e que seria previsível que o encontro de milhares de manifestantes com uma pauta "exclusivamente raivosa e hostil" ao resultado das eleições pudesse descambar para "práticas concretas de violência e de depredação." Ribeiro salientou que os advogados da União juntaram aos autos levantamentos realizados pelo Senado e pela Câmara dos Deputados e que os prejuízos já apurados atingiram a cifra de R\$ 6,5 milhões, ainda não se tendo notícia ainda da quantificação oficial dos danos patrimoniais causados às dependências do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal.

Foi determinada a notificação do Banco Central, da Comissão de Valores Mobiliários, das superintendências de Seguros Privados e Nacional de **Previdência Complementar**, cartórios, capitania dos Portos, do Departamento Nacional de Trânsito e da Agência Nacional de Aviação, para as providências necessárias ao bloqueio dos bens e direitos dos suspeitos.

A lista de alvos, de acordo com a AGU, foi elaborada com o auxílio da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). "Os réus tiveram papel decisivo no desenrolar fático ocorrido no último dia 8

de janeiro de 2023 e, portanto, devem responder pelos danos causados ao patrimônio público federal e derivados desses atos", afirma a Advocacia-Geral da União no pedido.

De acordo com a AGU, o valor do bloqueio ainda é preliminar, porque os prejuízos causados pelos atos golpistas ainda não foram integralmente calculados.

Nesta quinta (12), a PGR (Procuradoria-Geral da República) também pediu a abertura de três inquéritos ao STF (Supremo Tribunal Federal) para apurar os ataques golpistas do domingo.

Essas investigações buscam apurar quem foram os executores, financiadores, autores intelectuais e autoridades públicas envolvidas nos protestos.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50155>

# Governo ainda avalia se vai elevar o salário mínimo para R\$ 1.320

**ADRIANA FERNANDES ANNA CAROLINA PAPP**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o governo ainda avalia se o salário mínimo será ou não reajustado dos atuais R\$ 1.302 para R\$ 1.320 neste ano, e que isso envolve "decisão política".

Questionado, ele rejeitou a ideia de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não esteja cumprindo o que foi prometido na campanha, uma vez que o valor vigente, R\$ 1.302, fixado no governo Bolsonaro, já representa um ganho real (acima da inflação).

"Não tem nenhum pacto rompido. O compromisso de campanha era com o aumento real, que já aconteceu. O presidente cumpre sua palavra nesse ano, e cumprirá nos próximos três anos", disse. "Precisamos reestimar o que vai acontecer com a rubrica para submeter à decisão política." Ele afirmou que o valor separado no Orçamento de 2023 para o novo reajuste, de R\$ 6,8 bilhões, conforme informado pelo relator-geral Marcelo Castro (MDB-PI), já foi consumido pelo aumento dos benefícios previdenciários.

"Esse recurso do Orçamento foi consumido pelo andar da fila do INSS porque, a partir do início do processo eleitoral, por razão que não tem nada a ver com respeito à Constituição, a fila começou a andar, porque o governo estava desesperado por voto", acusou Haddad. O custo adicional estimado pelos técnicos do governo com um salário de R\$ 1.320 é de R\$ 7,7 bilhões além do valor já previsto no Orçamento.

Haddad também afirmou que o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, abrirá uma mesa de negociação com as centrais sindicais para avaliar "adequadamente" o assunto.

"Há pedido para a Previdência refazer os cálculos para, na mesa de negociação com as centrais, avaliar adequadamente e responsabilmente como agir a luz desse quadro", disse.

Nesse sentido, está previsto para a próxima quarta-feira, no Palácio do Planalto, evento com representantes das centrais sindicais para anunciar criação de grupo de trabalho que vai elaborar uma política de correção do salário mínimo, apurou o Estadão/Broadcast.

**Notícias Relacionadas:**

PORTAL UOL

Governo ainda avalia se vai elevar o salário mínimo para R\$ 1.320

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Veja o valor de novas aposentadorias do INSS com o reajuste anual (Previdência)

**Ana Paula Branco**

no dia 25 de janeiro.

Aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) terão seus benefícios reajustados a partir do dia 25 de janeiro. Para quem recebe o piso, a renda terá o valor do novo salário mínimo, atualmente em R\$ 1.302.

**Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/01/veja-o-valor-de-novas-aposentadorias-do-inss-com-o-reajuste-anual.shtml>

Beneficiários que recebem acima do mínimo até o teto terão o pagamento reajustado pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de 5,93%. É este índice que mede o aumento do custo de vida para as famílias com renda de até cinco salários mínimos.

Quem começou a receber o benefício acima do piso a partir de fevereiro de 2022 terá um reajuste proporcional à variação do INPC no período.

Cálculos feitos pela reportagem mostram o novo valor de aposentadorias e pensões com os índices de reajuste proporcionais, para quem começou a receber o benefício em 2022. A primeira coluna, com o reajuste de 5,93%, considera quem já era aposentado antes do início de 2022 e concessões iniciadas em janeiro do ano passado. Veja abaixo.

Aposentados e pensionistas devem considerar que os valores reajustados também poderão ter descontos do IR (Imposto de Renda), se estiverem acima do limite de isenção.

Quem recebe até R\$ 1.903,98 não paga o imposto e aposentados e pensionistas que passaram dos 65 anos de idade têm uma vantagem: independentemente da renda, a **Receita Federal** isenta uma parcela extra de R\$ 1.903,98 do benefício da cobrança.

Sem atualização desde 2015, a tabela do Fisco aumenta a mordida do Leão especialmente em benefícios que estão no limite de uma faixa de contribuição. Se o reajuste mudar o benefício de faixa, o desconto do IR pode ser maior do que no ano anterior.

A data do pagamento depende do último número do benefício, sem considerar o dígito. Por exemplo, se fosse 987.654.32 1 -0, o pagamento seria na data estabelecida para o número 1. Neste ano, benefícios no valor de um salário mínimo com final 1 serão pagos

# Como enfrentar o preconceito racial, segundo uma ex-executiva que luta por diversidade nos conselhos de empresas

*Por Maria da Paz Trefaut - Para o Valor, de São Paulo*

Thereza Moreno faz parte do reduzido número de negros que ocupam cargos executivos no Brasil. Com 32 anos de atividade em multinacionais do mercado de seguros, resseguros e previdência privada, ela chega aos 53 anos disposta a dar um novo rumo à carreira que começou na faculdade de matemática da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde se formou em ciências atuariais - especialidade que analisa riscos e expectativas na administração de seguros e fundos de pensão com uso da estatística e matemática financeira. Nesse percurso, alcançou a vice-presidência na multinacional Prudential, onde também foi CFO (diretora-financeira) e CEO por um período provisório.

Antes de assumir suas novas funções no conselho fiscal do Instituto Brasileiro de Atuaria (IBA) e no conselho administrativo da ONG americana Educando, que tem vários projetos educacionais no Brasil e no México, deixou o terninho e o salto alto no guarda-roupa. Informal, trajando um vestido decotado e florido abaixo dos joelhos e com sandálias rasteiras, ela se apresenta no fim da tarde para este "À Mesa com o Valor". Para juntar duas coisas que gosta, peixe e vinho, escolhemos o Miya Wine Bar, que fica dentro da loja da Grand Cru no Baixo Pinheiros, em São Paulo. Moreno está na cidade de passagem para finalizar um curso no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Os antigos conselhos feitos só de pessoas de finanças e de direito não resolvem mais os problemas ambientais, sociais e de governança"

Ela nasceu e vive até hoje no bairro de Botafogo, na zona sul do Rio. É lá onde seu marido há 30 anos, Venícios Oliveira, tem um comércio de vidros e alumínio e onde nasceram seus dois filhos: Bruna, de 25 anos, e Vinícius, de 17. "Botafogo é um bairro de passagem, tem muito trânsito, mas eu gosto e tem ótimas escolas." Uma parte de sua família é do Acre. Outra, da Bahia.

Iniciar uma nova fase como integrante de conselhos de empresas é o desafio que se impôs. E também

trabalhar em projetos em que acredita, mesmo que seja sem remuneração, já que se aposentou no ano passado pelo **INSS** e por um fundo privado, o que lhe garante um futuro tranquilo. "Sou especialista nisso, né? Sei fazer as contas", diz, com uma risada. Agora, os anos de estresse, de altos salários e jornadas de 14 horas serão trocados por uma vida no empenho em causas nas quais acredita, como a representatividade negra nos conselhos das empresas e o trabalho voluntário em prol da nutrição de crianças ou do treinamento de professores da rede pública para estimular alunos a seguirem carreiras ligadas à matemática, física, química e biologia.

"A gente veio aqui com uma missão", diz Thereza Moreno; "Lutar pela diversidade é uma das minhas causas" - Foto: Nilani Goettens/Valor

"Tenho amigos que dizem que vieram ao mundo a passeio. Eu não, sou espírita, acredito que a gente veio aqui com uma missão. Vim para fazer alguma coisa para um mundo melhor. Não é só plantar uma árvore, ter um filho e deixá-lo mais educado e preparado. Lutar pela diversidade é uma das minhas causas. Acho que é preciso, necessário. Senão a gente tá aqui pra quê?", pergunta.

A militância pela causa negra foi algo que surgiu aos poucos e vem num crescente em sua atuação. Começou como fruto da experiência e pelo fato de ser solicitada a falar sobre isso. "No começo eu não gostava de falar muito da minha vida. Pensava: pra que falar que eu fui promovida e consegui galgar postos na carreira? Depois, fui entendendo que é preciso falar porque as pessoas acham que não existem mulheres negras executivas e existem, sim. Se a gente não fala, como vão saber?"

Feminismo não é para botar a mulher acima do homem, é pra botar igual. A questão racial também é colocar igual, direitos e oportunidades"

Por outro lado, o fato de ser uma exceção é algo que não a agrada. "Essa história de negro único é péssima. Eu não quero ser. Eu quero que existam várias mulheres assim. Quero que subam mais, entende? E quando você começa a falar aparece uma

rede que não é tão pequena assim, né? Poderia ser maior, claro! Porque somos 55,8% de negros na população brasileira [segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, realizada no segundo trimestre de 2022 pelo IBGE, e que soma pretos e pardos]. Tinha que estar nessa proporção. Não está!"

O número total de negros na composição do novo governo e a volta do Ministério de Igualdade Racial, a seu ver, são aspectos positivos e podem ajudar a inclusão. É uma esperança para iniciar novas ações afirmativas e dar continuidade a outras como as cotas raciais em universidades. "Temos nomes competentes para seguir na luta tanto no Ministério da Igualdade Racial como no Ministério dos Direitos Humanos." Ela também frisa que há muitas negras com formação para RH, finanças e TI que estão capacitadas para ocupar cargos em conselhos.

Moreno também é mentora de jovens negras que estão no mercado e buscam cargos de liderança - Foto: Nilani Goettens/Valor

Porque, agora, no Brasil e no mundo, os conselhos precisam ser diversos não só de gênero e raça, mas também em formação. "Os antigos conselhos feitos só de pessoas de finanças e de direito não resolvem mais os problemas ambientais, sociais e de governança. Agora, você precisa ter pessoas da área de engenharia ambiental e outras especialidades. Assim se abre espaço para mulheres negras preparadas em marketing e em engenharia ambiental. Então, estou otimista nessa transformação do Brasil. Mas sei que será lenta, bem lenta."

A conversa começa na área do bar que fica no terraço ao ar livre que dá para a rua, mas como o dia está muito quente vamos para uma sala com ar-condicionado no andar superior. Pedimos tostada de milho como entrada, um clássico do chef Flavio Miyamura, responsável pelo restaurante. É uma fina fatia de tostada de milho coberta com atum marinado, maionese de wasabi e saladinha de algas. A Grand Cru oferece como cortesia o vinho português Vallado Prima Douro Branco para harmonizar. Na sequência, o prato principal é pescada amarela grelhada com purê de batata acompanhado por alho assado.

Diferentemente do que ocorria com muitas mulheres negras de sua geração, os pais de Moreno tinham diploma universitário. A mãe, enfermeira, trabalhou mais de 30 anos no Hospital do Câncer, e o pai, advogado, era policial civil e morreu quando ela tinha 17 anos. Ela estudou sempre em escola pública e começou a dar aulas de inglês assim que obteve um diploma da língua. "Aos 17 eu já ajudava minha mãe dando aulas, mas não era para pagar a conta de luz, isso ela pagava. Era para ter meu dinheiro, comprar

minhas roupas, pra não pesar. Ela era muito guerreira, em algumas épocas teve dois empregos e tinha horários malucos para sustentar a mim e meu irmão."

Ao sair da universidade, seu primeiro emprego foi na Modelo Consultoria, fundada por dois professores da UFRJ. A empresa cresceu rapidamente e depois de quatro anos foi comprada pela multinacional Willis Towers Watson (WTW). Depois de anos como consultora de várias seguradoras, migrou para a Prudential, que era uma de suas clientes. Lá, ficou 20 anos, até se aposentar no ano passado.

## Galeria

Nesse percurso ela enfrentou algumas dificuldades por ser mulher e negra. Por outro lado, teve a sorte de ter como chefe uma negra, logo no primeiro estágio numa empresa pública, onde ficou um ano enquanto cursava a universidade. "Isso fez eu me sentir completamente à vontade. Ela foi uma pessoa importante pra mim e é minha mentora até hoje. Aí quando fui para o mercado de trabalho numa multinacional, eu ia muito para os Estados Unidos e convivi com negros nos Estados Unidos. Foi muito bom, porque aqui quando você vai para uma reunião num resort, e é vice-presidente, ninguém acha que você é líder daquelas pessoas, sabe? Esse tipo de coisa eu sou sofri bastante. Bastante."

Isso não quer dizer que nos Estados Unidos seja fácil. Ela se recorda de um episódio em que estava na Flórida a trabalho e deu uma esticada na Disney com a filha, que é bastante clara. "Naquele dia desapareceu uma criança, eu andava de mão dada com minha filha e fui abordada. Queriam saber se ela era minha filha. Então, é assim: isso não acontece com uma pessoa branca, mas acontece com uma pessoa negra e foi fora do Brasil, tá?"

Na casa onde cresceu, o pai e a mãe nunca falaram em preconceito, não era um tema. Não na sua geração. Mas tudo mudou: ela conversa bastante com a filha, conta episódios de reuniões onde ouviu frases desmerecedoras muitas vezes não pela cor da pele, mas por ser mulher. "Ainda tem aquela visão de que para serem bem-sucedidas as mulheres precisam ser masculinas. O negócio é você não interiorizar isso. É ouvir e parar, deixar a pessoa constrangida, e continuar a reunião. Eu sempre fui profissional, nunca fiz estardalhaço nem me meti numa briga, consegui passar sem sair do sério, sem entrar em destempero. Mas minha filha acha que eu devia reagir. Ela reage mais, como faz essa nova geração."

Assim, ela hoje também se questiona: "Eles estão certos, eu faço a minha autocrítica e penso: será que eu deveria ter feito um pouco mais? Porque, sim,

escutei frases que não eram para ser escutadas tanto na parte feminina como por ser negra. Tenho as duas vertentes, e o mundo corporativo é um mundo muito machista. Muito mesmo. Há muitos homens. Nós somos minoria. Agora, nunca deixei de subir na carreira e consegui chegar onde cheguei. Mas ouvi muitas frases difíceis. Às vezes dava uma certa desmotivada, né?".

Agora, quando começar a participar de conselhos, será mais uma bandeira. Há poucas mulheres negras em conselhos. Ela cita Rachel Maia, do conselho da Vale e de outras empresas, que considera "brilhante". "A gente tem que chegar lá e se as portas se abrirem há mulheres preparadas pra isso. Não digam que não há negros lá porque não tem ninguém preparado. A gente levanta a mão e diz: tem sim, somos poucos, mas não digam que não tem." Esse movimento de conselhos independentes, nos quais os presidentes das empresas se apoiam para tomar decisões estratégicas, está acontecendo em vários países e ela cita o Japão e a Inglaterra como exemplos.

Neste processo de reciclagem, Moreno ampliou completamente seu leque de opções profissionais. "Posso ir para a Vale, para a Petrobras, para qualquer outro ramo." Ao mesmo tempo, está usando seu tempo para dar mentoria a um grupo de meninas negras. O termo significa ajudar na formação de pessoas que estão no mercado de trabalho e querem ocupar cargos de liderança. "Sou mentora de meninas de cerca de 25 anos que estão galgando etapas para serem líderes e querem conversar com pessoas que alcançaram essa liderança. Divido minha experiência com elas." Moreno teve como mentores também homens brancos e mulheres negras e o que chama de sponsors (patrocinadores). Hoje, participa da ONG Conselheira 101 só de mulheres negras que querem ser ou já são conselheiras. Lá encontra uma dezena de mulheres que são ou foram executivas.

Ela situa nos últimos cinco anos um movimento de transformação para inclusão da diversidade nas empresas. Consequência do mundo globalizado. "Acontece uma coisa nos Estados Unidos ou na Noruega e chega rapidinho aqui, o que faz com que os problemas tendam a ser resolvidos de uma forma globalizada." Um de seus orgulhos é ter criado em 2017 na Prudential um comitê de diversidade com voluntários. "A gente começou falando sobre gênero, LGBTQ+, sobre IPCD [Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiências]."

Nessa época ainda se falava pouco da questão da negritude nas empresas. E é nesse silêncio que ela situa a diferença entre o racismo no Brasil e nos EUA. "Aqui, as pessoas não assumem o racismo e são racistas, têm atitudes racistas. Isso é o tal do racismo

estrutural, né? Então é um racismo mais difícil de combater porque ele não é assumido." Em seguida, ela conta histórias de negros que chegaram ao restaurante com carros de luxo e foram confundidos com manobristas. Diz que também já passou por situações constrangedoras em loja de uma cadeia de fast-fashion. "Já fui seguida para ver se iria devolver todas as roupas que havia provado."

Ao falar desse racismo, desse pré-julgamento, Moreno diz que a cor da pele no Brasil muitas vezes parece um indicativo de que a pessoa não tem dinheiro para comprar determinadas coisas. E que aqui o preconceito racial vem antes do preconceito de classe. "A classe se confunde porque os negros são a maioria na parte mais baixa da pirâmide. Mas a questão é a cor da pele."

Para enfrentar o preconceito, ela tem uma única receita: não desistir. Foi assim que cresceu na carreira. "Essa questão de ter vencido tem a ver com estar atenta às oportunidades e agarrá-las. E você tem que sempre investir em conhecimento e em autoconhecimento pra não chegar lá com burnout. Você tem de se conhecer, saber as suas fraquezas e saber as suas fortalezas, porque você vai enfrentar um mundo machista e preconceituoso, mas com conhecimento, com autoconhecimento e agarrando as oportunidades." Desde sempre, Moreno era estudiosa e carregou a obrigação de ter que ser a melhor. "Não estou dizendo que sempre fui melhor, mas cresci com isso, com esse peso."

Fora das obrigações do mundo corporativo, Morena gosta de correr. Três vezes por semana, percorre de 5 a 10 km na praia de Botafogo ou na Lagoa Rodrigo de Freitas. Começa cedo, por volta das 7h. Para aguentar, faz musculação. Sempre gostou de ginástica, mesmo das mais tradicionais a spinning. "Adoro, desestressa."

Outro de seus prazeres é o sítio que possui perto de Itaipava, na serra fluminense, onde pretende fazer uma pousada com o marido e, quem sabe, trabalhar de forma remota a maior parte do tempo. A propriedade até já tem CNPJ e está habilitada para receber visitantes. O nome Espatódea é de uma árvore local. Embora o marido queira que ela se ocupe das finanças, sua alegria, até o momento, é o plantio da horta.

Ao ser perguntada se colonialismo e escravidão estão entre as maiores barbáries da humanidade, ela faz uma pausa. "Foram muitos milhões de pessoas que sofreram. Pra mim esse racismo reverso não existe. Porque não é o racismo de você não querer sentar perto de uma pessoa porque ela não é branca... não querer um negro no seu clube na mesma piscina é

muito mais do que isso, é inferiorizar essa pessoa, não acreditar em suas capacidades." Ela continua: "Uma vez ouvi dizer que não se deve comparar o mal que fizeram com os judeus com os negros. É tudo indevido, cada um tem a sua história".

Aos poucos, ela vai ajustando seu vocabulário e tenta eliminar palavras hoje em dia consideradas politicamente incorretas. Ao lembrar de algumas que aboliu, cita "criado-mudo" e "denegrir". "Eu usava... falava, estou ajustando o letramento como eles chamam, né? O letramento é importante."

O futuro, diz, é criar uma sociedade mais justa e não ficar guerreando. Isso vale para homens e mulheres e negros e brancos. Ela se declara feminista por acreditar na igualdade entre os sexos. "Feminismo não é para botar a mulher acima do homem, é pra botar igual. A questão racial também é colocar igual, direitos e oportunidades. Como a diferença é grande, tem as ações afirmativas para colocar um banquinho mais alto pra que os negros cheguem. A violência não vai trazer nada, não é solução. A solução é enxergar que somos todos iguais e fazer ações afirmativas porque as oportunidades não são as mesmas. Sou totalmente a favor do Magazine Luiza fazer trainee pra negros. Isso não é abaixar regras, as pessoas que estão entrando são qualificadas. Obrigar os conselhos a terem pelo menos uma mulher e uma negra não é baixar o nível, é uma espécie de ação afirmativa. Que pena que a gente precisa disso. É uma pena, mas precisamos."

**Site: <https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2023/01/13/como-enfrentar-o-preconceito-racial-segundo-uma-ex-executiva-que-luta-por-diversidade-nos-conselhos-de-empresas.shtml>**

# Lei aumenta pena e torna inafiançável e imprescritível crime de injúria racial



A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, durante a cerimônia de posse no Palácio do Planalto

Com a sanção de uma nova lei nesta semana, o crime de injúria racial passa agora a ser punido com mais tempo de reclusão e se torna inafiançável e imprescritível. A injúria, caracterizada pela ofensa contra um indivíduo ou grupo de indivíduos com base em raça, cor, religião ou origem, passa a constar na Lei de Racismo e se equipara no maior rigor de punição.

Com a mudança, a injúria racial passa a ser punida com 2 a 5 anos de reclusão além de pagamento de multa - a pena anterior era de 1 a 3 anos. Qualquer ato de injúria racial praticado a partir de 11 de janeiro, data em que a lei foi sancionada, é definitivo, permanente e não pode caducar.

Há ainda lacunas a serem esclarecidas no combate a essas violências. O tempo de reclusão previsto pode chegar a mais de dez anos se houver algum dos agravos previstos, como injúria praticada por funcionário público, por grupos de duas pessoas ou mais e em "contexto ou intuito de des-contratação, diversão ou recreação". Nesses casos, a pena pode ser aumentada pela metade ou ter acréscimo de um terço do tempo previsto inicialmente.

Há agravo também se o crime for cometido "em contexto de atividades esportivas, religiosas, artísticas ou culturais destinadas ao público". Nesses casos, a pessoa condenada fica proibida de frequentar locais destinados a práticas esportivas, artísticas ou culturais por três anos.

**DISCRIMINAÇÃO.** A nova lei ainda reforça que uma injúria racial não precisa necessariamente ser

cometida de forma explícita para ser caracterizada como tal. Assim, é considerado discriminatório "qualquer atitude ou tratamento dado à pessoa ou a grupos minoritários que cause constrangimento, humilhação, vergonha, medo ou exposição indevida, e que usualmente não se dispensaria a outros grupos".

"Existe uma questão que é de cultura institucional", diz Marlon Reis, coordenador jurídico do Educafro e ex-juiz de Direito. "A mensagem que essa lei passa é de que a injúria racial é tão grave quanto o racismo. Agora, está tudo equiparado." Dados compilados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que o Brasil teve 13,8 mil denúncias de injúria racial ao longo de 2021, último ano disponível no levantamento. Ao mesmo tempo, pouco mais de 6 mil casos de racismo foram registrados ao longo desse período.

Reis aponta que, ao aumentar o período de reclusão, a lei impede que uma pessoa condenada por injúria racial recorra a penas alternativas e seja, de fato, presa pelo crime. "É muito emblemático, porque antes rendia apenas uma medida de restrição ou cesta básica. Agora, casos mais graves e com pena acima de quatro anos não poderão ser convertidos em penas alternativas." A lei foi sancionada por Lula anteontem na mesma cerimônia que deu posse a Anielle Franco, irmã da ex-vereadora carioca Marielle Franco, como a primeira ministra da Igualdade Racial do Brasil. Em suas redes, ela comemorou a aprovação do texto: "Enfim um governo comprometido com reparação! Que orgulho fazer parte dele. Estejam com a gente pro nosso trabalho ser maior!".

Para Reis, o parágrafo da nova legislação que aumenta a gravidade da pena nos casos de injúria racial cometidos por funcionários públicos também carrega seu próprio simbolismo. "As circunstâncias das autoridades públicas, lamentavelmente, vemos com muita frequência no Brasil, especialmente entre a polícia." LGBTFOBIA. O texto da nova lei sancionada por Lula não chega a citar especificamente a população LGBT+, mas juristas ouvidos pelo Estadão afirmam que a inclusão de injúria racial na Lei do Racismo prevê que ofensas e agressões contra essas pessoas também serão punidos de forma mais rigorosa, uma vez que o Supremo Tribunal Federal (STF) equiparou a discriminação com base em orientação sexual ou identidade de gênero aos crimes racistas.

Segundo Paulo Iotti, dire-tor-presidente do Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero e responsável pelas ações que fizeram o STF reconhecer LGBTfobia como racismo, a nova lei "acaba de vez com uma resistência inepta por parte da jurisprudência e da doutrina" de reconhecer essa equivalência.

"O STF reconheceu a homo-transfobia como "crime por raça", enquanto forma de racismo social, e a injúria racial é a injúria qualificada por ofensa racial", afirma Iotti.

LACUNAS E BRECHAS. Criado originalmente em 2015 pelos ex-deputados Bebeto (PSB-BA) e Tia Eron (Republicanos), o texto assinado pelo presidente é um substitutivo do Senado de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS).

A lei mantém a pena de reclusão de 1 a 3 anos para injúrias raciais de ordem religiosa, praticadas contra pessoas idosas ou com deficiência. Ao mesmo tempo, agrava os crimes cometidos em contextos religiosos, mas não explica como eles seriam punidos sem esbarrar no artigo da Constituição Federal que prevê "a liberdade de consciência e de crença" e assegura "o livre exercício dos cultos religiosos e a proteção aos locais de culto e as suas liturgias".

O Ministério da Justiça informou que "qualquer pessoa que pratica crime está sujeita às penas previstas na lei".

Outro ponto em aberto é em relação à xenofobia, que no texto da lei é caracterizado por "procedência nacional". Nos últimos meses, por exemplo, brasileiros do Nordeste têm sido alvos de ataques e ofensas. Especialistas dizem que a legislação não deixa claro se esses casos se enquadram na Lei do Racismo.

"Isso vai continuar sendo discutido, mas já é uma discussão antiga e poderia ter sido alterado de uma vez para já estabelecermos esse ponto", afirma Matheus Falivene, doutor em Direito Penal pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

Restam dúvidas sobre como o governo pretende proibir pessoas condenadas por injúria racial de acessarem eventos pelo período de três anos. O texto também não deixa claro de quem será a responsabilidade por essa fiscalização. |

.....

## **CPF passa a ser número único de identificação, define nova lei**

O Cadastro de Pessoa Física (CPF) passará a ser adotado como um documento suficiente para identificar um cidadão no Brasil e promete facilitar o acesso das pessoas aos serviços públicos e ao cumprimento de algumas obrigações. A mudança ocorre após a sanção da Lei 14.534/2023, assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas passará a valer depois de adequações.

A nova lei determina que fornecimento do número do CPF seja o suficiente para uma pessoa conseguir utilizar alguns serviços, como

acessar os prontuários no Sistema Único de Saúde (SUS), informações fiscais e tributárias, se inscrever em programas de transferência de renda e, inclusive, votar. Na prática, ela vai substituir outras numerações de identifi- cações utilizadas e exigidas por diferentes órgãos.

“A numeração do CPF será protagonista, e os indivíduos não mais terão que se recordar ou valer-se de diferentes números”, afirma o senador Esperidião Amin (PP-SC), relator do projeto que originou a lei. “Um número único capaz de interli- gar todas as dimensões do relacionamento do indiví- duo com o Estado e com todas as suas manifestações”, diz. ● / CAIO POSSATI

# Leia a íntegra do documento encontrado pela PF

Trechos de minuta de decreto encontrada pela PF na casa de ex-ministro de Bolsonaro

**DECRETA:**

Art. 1º Fica decretado, com fundamento nos arts. 136, 140, 141 e 84, inciso IX, da Constituição Federal, o **Estado de Defesa** na sede do **Tribunal Superior Eleitoral**, em Brasília, Distrito Federal, com o objetivo de garantir a preservação ou o pronto restabelecimento da lisura e correção do processo eleitoral presidencial do ano de 2022, no que pertine à sua conformidade e legalidade, as quais, uma vez descumpridas ou não observadas, representam **grave ameaça à ordem pública e a paz social**.

I - sigilo de correspondência e de comunicação telemática e telefônica dos membros do Tribunal do Superior Eleitoral, durante o período que compreende o processo eleitoral até a diplomação do presidente e vice-presidente eleitos, ocorrida no dia 12.12.2022.

§1º. Durante o Estado de Defesa, o acesso às dependências do Tribunal Superior Eleitoral será regulamentado por ato do Presidente da Comissão de Regularidade Eleitoral, assim como a convocação de servidores públicos e colaboradores que possam contribuir com conhecimento técnico.

São Paulo A Polícia Federal encontrou na residência de Anderson Torres, ex-ministro da Justiça, uma minuta (proposta) de decreto para o então presidente Jair Bolsonaro (PL) instaurar estado de defesa na sede do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

O objetivo era reverter o resultado da eleição, em que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) saiu vencedor. Tal medida seria inconstitucional.

O documento de três páginas, feito em computador, foi encontrado no armário do ex-ministro durante busca e apreensão realizada na última terça-feira (10), conforme revelou a Folha. A PF vai investigar as circunstâncias da elaboração da proposta. Leia a íntegra do documento:

\*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições que lhe conferem os artigos 84, inciso IX, 136,140 e 141 da Constituição,

DECRETA: Art. 1º Fica decretado, com fundamento nos arts. 136,140,141c 84, inciso IX, da Constituição Federal, o Estado de Defesa na sede do Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília, Distrito Federal, com o objetivo de garantir a preservação ou o pronto restabelecimento da lisura e correção do processo eleitoral presidencial do ano de 2022, no que pertine à sua conformidade e legalidade, as quais, uma vez descumpridas ou não observadas, representam grave ameaça à ordem pública e a paz social.

§1º. Fica estipulado o prazo de 30 (trinta) dias para cumprimento da ordem estabelecida no caput, a partir da data de publicação deste Decreto, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§2º. Entende-se como sede do Tribunal Superior Eleitoral todas as dependências onde houve tramitação de documentos, petições e decisões acerca do processo eleitoral presidencial de 2022, bem como o tratamento de dados telemáticos específicos de registro, contabilização e apuração dos votos coletados por urnas eletrônicas em todas as zonas e seções disponibilizadas em território nacional e no exterior.

§3º. Verificada a existência de indícios materiais que interfiram no objetivo previsto no caput do art. 1º a medida poderá ser estendida às sedes dos Tribunais Regionais Eleitorais.

Art. 2º Na vigência do Estado de Defesa ficam suspensos os seguintes direitos:

I - sigilo de correspondência e de comunicação telemática e telefônica dos membros do Tribunal do Superior Eleitoral, durante o período que compreende o processo eleitoral até a diplomação do presidente e vice-presidente eleitos, ocorrida no dia 12.12.2022.

II - de acesso às dependências do Tribunal Superior Eleitoral e demais unidades, em caso de necessidade, conforme previsão contida no §3º. do art. 1º.

51º. Durante o Estado de Defesa, o acesso às dependências do Tribunal Superior Eleitoral será regulamentado por ato do Presidente da Comissão de Regularidade Eleitoral, assim como a convocação de **servidores públicos** e colaboradores que possam contribuir com conhecimento técnico.

Art. 3º Na vigência do Estado de Defesa:

I - Qualquer decisão judicial direcionada a impedir ou retardar os trabalhos da Comissão de Regularidade Eleitoral terá seus efeitos suspensos até a finalização do prazo estipulado no §1º, art. 19,

II - a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada

imediatamente ao juiz competente, que poderá promover o relaxamento, em caso de comprovada ilegalidade, facultado ao preso o requerimento de exame de corpo de delito à autoridade policial competente;

III - a comunicação será acompanhada de declaração, pela autoridade, do estado físico e mental do detido no momento de sua autuação;

IV - a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário;

V - é vedada a incomunicabilidade do preso.

Parágrafo único. O Presidente da Comissão de Regularidade Eleitoral constituir-se -á co -

mo executor da medida prevista no inciso I, do §3º do art. 136, da Constituição Federal.

Art. 4º A apuração da conformidade e legalidade do processo eleitoral será conduzida pela Comissão de Regularidade Eleitoral a ser constituída após a publicação deste Decreto, que apresentará relatório final consolidado conclusivo acerca do objetivo previsto no caput do art. 19.

Art. 5º A Comissão de Regularidade Eleitoral será composta por

I - 08 (oito) membros do Ministério da Defesa, incluindo a Presidência;

II - 02 (dois) membros do Ministério Público Federal;

III - 02 (dois) membros da Polícia Federal, ocupantes do cargo de Perito Criminal Federal;

IV - 01 (um) membro do Senado Federal;

V - 01 (um) membro da Câmara dos Deputados;

VI - 01 (um) membro do Tribunal de Contas da União;

VII - 01 (um) membro da Advocacia Geral da União; e,

VIII - 01 (um) membro da Controladoria Geral da União.

Parágrafo único. À exceção das autoridades constantes do inciso I, cuja indicação caberá ao Ministro da Defesa, as indicações dos membros dos órgãos e instituições que integrarão a Comissão de Regularidade Eleitoral deverão ser feitas em até 24 (vinte e quatro) horas após a publicação deste Decreto no Diário Oficial da União, devendo as designações

serem formalizadas em ato do Presidente da Comissão de Regularidade Eleitoral.

Art. 6º. Serão convidados a participar do processo de análise do objeto deste Decreto, quando da apresentação do relatório final consolidado, as seguintes entidades:

I - 01 (um) Integrante da Ordem dos Advogados do Brasil

II - 01 (um) representante da Organização das Nações Unidas no Brasil

III - 01 (um) representante da Organização dos Estados Americanos no Brasil (Avaliar a pertinência da manutenção deste dispositivo na proposta)

Art. 70. O relatório consolidado final será apresentado ao Presidente da República e aos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, e deverá conter, obrigatoriamente:

I - apresentação do objeto em apuração

II - a metodologia utilizada nos trabalhos

III - as contribuições técnicas recebidas

IV - as eventuais manifestações dos membros componentes

V - as medidas aplicadas durante o Estado de Defesa, com as devidas justificativas

VI - o material probatório analisado

VII - a relação nominal de eventuais envolvidos e os desvios de conduta ou atos criminosos verificados, de forma individualizada.

Parágrafo único. A íntegra do relatório final consolidado será publicada no Diário Oficial da União.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2022. 201º ano da Independência 134º ano da República

Jair Messias Bolsonaro

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50155>**

# O contra-ataque de Haddad - VINICIUS TORRES FREIRE

## VINICIUS TORRES FREIRE

Com menos de uma quinzena no cargo, Fernando Haddad armou um contra-ataque razoável à ideia de que haverá descalabro nos gastos do governo. Daí pode sair pelo menos um gol, uma redução do déficit previsto para este ano, ora equivalente a 2,16% do **PIB** (quase R\$ 232 bilhões), para 1% do **PIB**.

O plano Haddad 1 deve diminuir o prejuízo que o governo de transição arrumou em novembro e dezembro, quando Lula da Silva deu pontapés na ideia de controle da dívida, o que resultou em aumento da taxa de juros, já algo atenuado, mas ainda muito ruim.

É um progresso. A virada do jogo dependerá de mudança de tática e estratégia, em especial da nova regra fiscal (o "teto" de Lula 3), mas não apenas.

Medidas que segurem gastos no Bolsa Família, por exemplo, sem redução da eficácia social, providências que acelerem o crescimento (facilitação de investimento privado) ou a revisão de despesas em programas ineficazes podem melhorar as contas e contribuir para abater a taxa de juros. Isto é, podem recuperar o otimismo que se via até o início de novembro.

Armínio Fraga chama a atenção para o fato de que o governo pode evitar aumento maior do salário mínimo (o que bate na despesa do **INSS**), assim como para a possível redução de despesa e melhoria da qualidade do gasto com o Bolsa Família, economias que não estavam na planilha do plano Haddad, que o economista considerou em geral "positivo".

Na planilha da Fazenda, o pacote produziria até um pequeno superávit, de 0,1% do **PIB**. É improvável por vários motivos. Haddad reconheceu que seria realista um déficit entre 0,5% e 1% do **PIB**.

A Fazenda pode esperar uma receita de **impostos** em 2023 maior do que a prevista pelo Orçamento, embora ainda não se saiba o quanto a economia vai esfriar. O governo pode ainda gastar menos do que o permitido pela lei orçamentária. Pode evitar que empresas usem créditos indevidos do ICMS. Ou conseguir algum abatimento nos preços de contratos do governo federal, jamais grande coisa, e usar dinheiro largado no PIS/Pasep. Se tudo der certo, o déficit cai para

perto de 1% do **PIB**, a não ser que apareçam mais esqueletos no armário de horrores da gestão Jair Bolsonaro.

No mais, as economias do plano Haddad viriam de mudanças na administração de conflitos de contribuintes com a Receita e com a volta do direito do governo de desempatar votações no **Carf**, o tribunal administrativo dos **impostos** federais.

Depois que o governo perdeu o direito a esse voto de qualidade, a litigância aumentou (bidu) e a União passou a perder votações que contrariavam até decisões de tribunais superiores, como disse Haddad.

Nesse emaranhado sobre contenciosos de **impostos**, o governo veio também com uma espécie de Refis, perdão de dívidas com o objetivo de fazer com que contribuintes paguem parte do que, em tese, devem. Fraga chamou esse Refisinho de "duvidoso".

A mudança no **Carf** depende do Congresso, que vai podar parte dos planos de Haddad. Os ganhos com essas mudanças são incertos, de qualquer modo.

Não se sabe também se virá dinheiro da volta de cobrança de **impostos** sobre combustíveis, a depender de Lula. Outras "reonerações" sumiram da conversa.

Haddad disse que seu plano é manter despesa e receita no nível de 2022. Nos 12 meses até novembro, a receita era de 18,9% do **PIB**; a despesa, de 18,3%. Isto é, superávit de 0,6%, pois.

Não deve acontecer neste 2023, afora milagre, pois a despesa deu um salto na "transição" e a receita deve padecer por causa do PIBinho. Mas os números de 2022, com alguma correção lá por abril, servem de baliza. Ao lado de uma regra fiscal decente, podem virar o placar do jogo macroeconômico.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

55

## R\$ 27 milhões gastos no cartão



**Vicente Nunes Correspondente Raphael Felice Mariana Albuquerque\***

Brasília e Lisboa - A divulgação da fatura do cartão corporativo do ex-presidente Jair Bolsonaro revelou gastos em torno de R\$ 27,6 milhões - R\$ 36,2 milhões corrigidos pela **inflação** - nos quatro anos de mandato. As informações foram trazidas a público após solicitação da agência de dados públicos Fiquem Sabendo e estão no site do governo federal.

A maior parte dos gastos foi com alimentação, hospedagem e transporte. Chamam a atenção os montantes e a frequência dos gastos de Bolsonaro nos mesmos locais.

A explicação para isso estaria no fato de que uma servidora se recusava a saldar com cartão corporativo as despesas com motocicletas. Ela foi exonerada e, assim, Bolsonaro teria passado a driblar as regras para a utilização nessa modalidade de pagamento.

A estratégia incluiu nos roteiros dos desfiles agendas em igrejas evangélicas e cerimônias militares. Assim, bancava a estrutura de segurança dos passeios.

Cada evento com Bolsonaro demandava uns 40 seguranças. Por determinação do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), se o presidente participasse de quatro eventos no dia, disporia de 160 agentes diferentes.

Cada soldado faz quatro refeições. Se fossem quatro eventos num dia e 160 seguranças, seriam 640 refeições. Isso valia para as motocicletas, mesmo não sendo um evento da Presidência. As despesas eram acrescidas de transporte e pernoite.

Porém, os cartões administrados pelo GSI continuam sob sigilo. Desde dezembro de 2020, os desembolsos com parentes de Bolsonaro eram feitos pelo Gabinete. Há a suspeita de que a família era bancada com dinheiro público, até em viagens particulares. Segundo fontes, os gastos maiores eram com o vereador carioca Carlos Bolsonaro.

Relatos de pessoas que lidavam com os cartões do GSI e da Presidência afirmam que o filho 02 costumava viajar repentinamente. As despesas dele com hotéis, refeições, deslocamentos e segurança saíam do governo.

Fontes apontam episódios nos quais o filho 02 se hospedava em um hotel e os seguranças, em outro - ele queria sair sozinho, principalmente à noite, sem companhia. O clima, muitas vezes, era de constrangimento.

### Estadia

Só com estadias em hotéis, Bolsonaro gastou R\$ 13,6 milhões. Nas férias no Guarujá (SP), se hospedou no Ferraretto Hotel - 10 transações com um gasto total de R\$ 1.466.804. Segundo levantamento do Correio, a diária custa entre R\$ 450 a R\$ 950, aproximadamente. Considerando uma média de R\$ 700, o valor pago por Bolsonaro seria de 2.095 estadas.

Em padarias, desembolsou R\$ 581 mil ao longo do mandato. Uma das filiais da rede carioca Santa Marta recebeu R\$ 362 mil do cartão da Presidência. Bolsonaro também gastou cerca de R\$ 313 mil em uma peixaria do Guará, em um total de 161 transações.

Em um único dia, R\$ 109 mil foram gastos no Sabor da Casa, em 26 de outubro de 2021. O restaurante, em Boa Vista (RR), vendia marmitas a preço popular - R\$ 17 a mais barata e R\$ 23 a tradicional. O gasto de Bolsonaro daria para comprar 6.411 marmitas da mais barata, 4.739 unidades da tradicional e 2.180 da mais cara.

Naquele dia, o ex-presidente visitou um abrigo para imigrantes venezuelanos na capital roraimense. Bolsonaro almoçou com militares e também participou de um culto da Assembleia de Deus.

O ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência, Paulo Pimenta, esclareceu que "as informações divulgadas não são classificadas por sigilo, que estão sob análise da CGU (Controladoria Geral da União), conforme decisão do decreto do presidente de 1º de janeiro".

\*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

"As informações divulgadas não são classificadas por sigilo, que estão sob análise da CGU, conforme decisão do decreto do presidente de 1º de janeiro" Paulo Pimenta, ministro da Secom da Presidência, sobre os gastos de Bolsonaro com o cartão corporativo

# Crítico do nível de juros, Haddad afirma que pacote é carta para o BC"

**Nathalia Garcia, Idiana Tomazelli e Danielle Brant Brasília**

Crítico contumaz do patamar de juros no Brasil, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), afirmou nesta quinta-feira (12) que o pacote de medidas para melhorar as contas públicas em até R\$ 242,7 bilhões é uma "carta para o Banco Central".

A equipe econômica tem a expectativa de que a redução no rombo seja percebida pela autoridade monetária como um elemento de diminuição dos riscos fiscais, abrindo espaço para a redução na taxa básica de juros, a Selic, que hoje está em 13,75% ao ano.

O tema fiscal tem sido justamente um dos alvos preferenciais dos alertas do BC ao longo do último ano. A instituição é presidida por Roberto Campos Neto, nome indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), mas que ganhou mandato fixo após o Congresso aprovar a autonomia formal da instituição.

Em entrevista para apresentar as medidas, o ministro da Fazenda reafirmou que as políticas fiscal e monetária precisam atuar em harmonia.

"Esse é o jogo que estamos aprendendo a fazer. Antigamente não existia independência do Banco Central, agora existe, precisamos entender. Do mesmo jeito que estamos fazendo uma leitura da carta do Banco Central, o Banco Central vai fazer uma leitura da nossa carta. Isso é uma carta para o Banco Central, vamos trocando cartas até o dia em que a gente celebra um entendimento maior", disse Haddad.

O titular da pasta destacou, porém, que não cabe ao ministro da Fazenda fazer uma avaliação do desempenho do BC. "Eu não tenho de estar satisfeito ou insatisfeito com o Banco Central, tenho de respeitar a institucionalidade, respeitar a independência que foi aprovada e buscar os caminhos para harmonizar as políticas. A desarmonia não vai produzir os melhores resultados", afirmou.

A carta do BC citada por Haddad foi divulgada por Campos Neto na quarta-feira (11) para justificar o descumprimento da meta de inflação em 2022, pelo segundo ano consecutivo.

No texto, o Banco Central reforçou a mensagem dada na última reunião do Copom (Comitê de Política

Monetária), em dezembro, de que iria acompanhar "com especial atenção" os desdobramentos da política fiscal e seus efeitos sobre os preços de ativos, as expectativas de inflação, o grau de incerteza na economia e a taxa de juros neutra.

Além do déficit de R\$ 231,55 bilhões, que poderia elevar de forma significativa a dívida pública, a dúvida sobre a disposição do novo governo em adotar medidas para reduzir o rombo vinha sendo citada pelo mercado financeiro como um fator de incerteza para as projeções -números monitorados pela autoridade monetária em suas discussões.

O próprio BC vê a elevada incerteza sobre o futuro das regras fiscais do país -cuja proposta ainda não foi apresentada pelo novo governo- e estímulos fiscais adicionais como fatores de risco para alta da inflação.

Em entrevista à Folha, antes do anúncio oficial das medidas, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou que o pacote de ações criaria condições para "redução nas taxas longas de juros", o que permitiria ao BC "começar um processo de reflexão sobre o adequado momento de relaxamento da política monetária". "Voltamos a ter a maior taxa real do mundo.

Precisamos revertê-la, apoiando o BC nesse processo", disse.

A contenção de despesas ajuda a reduzir pressões de demanda, o que facilita a queda da inflação e permite cortar os juros mais rapidamente.

O Copom encerrou 2022 com a Selic em 13,75% ao ano. Apesar da decisão de manter os juros inalterados pelo terceiro encontro consecutivo, o BC alertou que não hesitaria em retomar o ciclo de aperto monetário caso o processo de desinflação não transcorresse como esperado, podendo ajustar seus passos futuros.

O mercado, que chegou a projetar início do corte de juros a partir de junho, passou a ver espaço para redução da Selic apenas no segundo semestre, diante do cenário de instabilidade.

Como mostrou a Folha, a taxa básica de juros deve alcançar em meados de 2023 o patamar mais contracionista em 20 anos, desde o início do primeiro

governo Lula, segundo estimativa da área de pesquisa do banco Santander.

Conforme houver uma redução nas estimativas de **inflação** nos próximos 18 meses -considerando a defasagem dos efeitos da política monetária sobre a economia- e a Selic for mantida no mesmo patamar, a taxa real de juros sobe, e o nível de aperto monetário se toma mais forte.

O atual patamar dos juros no Brasil foi classificado como uma situação "anômala" pelo ministro da Fazenda em declaração no dia 3 de janeiro.

"Estamos com a taxa de juros maior do planeta, a taxa de juro real, olha o paradoxo que estamos vivendo, é uma situação completamente anômala, uma **inflação** comparativamente baixa e uma taxa de juro real fora de propósito para uma economia que já vem se desacelerando", disse Haddad ao site Brasil 247.

"Do mesmo jeito que estamos fazendo uma leitura da carta do Banco Central, o Banco Central vai fazer uma leitura da nossa carta. Isso é uma carta para o Banco Central, vamos trocando cartas até o dia em que a gente celebra um entendimento maior" Fernando Haddad ministro da Fazenda

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

55

# Inflação em 12 meses nos EUA recua para 6,5%



Consumidora em supermercado em Nova York; país teve deflação de 0,1% em dezembro, com queda nos preços de energia, e índice (CPI) em 12 meses se afastou mais do pico de 9,1%, registrado em junho  
Michael M. Santiago/Getty Images/AFP

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

55

# Corte de juros pelo Fed deve ficar para 2024

A desaceleração da **inflação** americana-revelada ontem pelo índice de preços ao consumidor de dezembro, que recuou 0,1 % no mês e caiu a 6,5% no ano - levou muitos economistas de grandes bancos a repensar a possibilidade de uma redução no ritmo das altas de juros pelo Federal Reserve (Fed. o banco central dos EUA). Mas a maioria ainda não prevê cortes de juros em 2023.

O economista-chefe do banco suíço Lombard Odier, Samy Chaar, disse ao Valor que o Fed não irá cortar os juros em 2023, apesar dos sinais de desaceleração da **inflação**, porque mais esforços são necessários para retomada da economia ao normal, como o esfriamento do mercado de trabalho. "E, para isso, os juros terão que ficar elevados por um bom tempo", afirmou.

"Esperamos que o Federal Reserve pare de elevar os juros no primeiro trimestre, com taxa final de 5%, mas evite cortá-los por um período prolongado, para garantir uma dinâmica de crescimento salarial contida", disse Chaar, para quem a precificação de cones de juros nos próximos meses, prevista pelo mercado, está em desacordo com a estratégia do Fed de desaquecer o mercado de trabalho, ainda bastante firme. "O núcleo da **inflação** de serviços continua muito alto e está relacionado à força do mercado de trabalho, e isto é crítico para a política monetária do Fed", diz.

Para o economista Jan Hatzius, do Goldman Sachs, a desaceleração da **inflação** abre as portas para uma nova redução no ritmo do aperto em fevereiro. Mas, segundo ele, o Fed irá subir os juros mais do que o esperado pelo mercado e deverá deixá-los num patamar elevado por mais tempo. Hatzius estima que o Fed não deverá cortar as taxas em 2023. O Goldman prevê três altas de 0,25 ponto a serem realizadas em fevereiro, março e maio, com a taxa final atingindo o intervalo entre 5% e 5,25% em maio.

A moderação da **inflação** tirou um pouco da pressão do Fed para apertar ainda mais a política monetária. Mas, ao mesmo tempo, a queda da **inflação** não é convincente o suficiente para impedir mais altas de juros, avalia o economista-chefe do banco suíço Julius Baer, David Kohl. Segundo ele, apesar da desaceleração da **inflação** e de indicadores de atividade econômica mostrarem dados mais fracos, vários membros do Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC) expressaram sua determinação em elevar mais os juros.

Kohl defende apenas mais uma alta de 0,25 ponto na próxima reunião, de fevereiro. "Qualquer alta adicional de juros pelo Fed pode ser um erro de política que afetará o crescimento econômico no segundo semestre, aumentando a probabilidade de cortes de juros daqui para frente", disse.

O economista-sênior da Oxford Economist, Bob Schwartz, disse que uma alta de 0,25 ponto seria melhor. "A melhora dos gargalos nas cadeias de abastecimento, a redução na demanda, a mudança nas preferências de compras dos consumidores de bens para serviços e os preços mais baixos de energia estão todos contribuindo para desacelerar as taxas de **inflação**, que devem continuar caindo gradualmente por todo 2023", disse Schwartz ao Valor.

Rara a economista-chefe do Morgan Stanley, Ellen Zentgraf, o dado de dezembro confirmou que a desaceleração das pressões inflacionárias está se tornando arraigada, preparando o cenário para outra redução no ritmo de aperto. "Embora as projeções econômicas do led feitas em dezembro apontem uma taxa final mais elevada, continuamos esperando por apenas mais uma alta de 0,25 ponto antes de uma pausa e um primeiro cone nos juros já em dezembro".

Já o economista da ASA Investimentos, Angelo Pilydoro, acredita que, mesmo que o ritmo das altas de juros seja reduzido, o tamanho da elevação projetada pelo Fed em dezembro, de 0,75 ponto, será mantido.

**Site:** <https://valor.globo.com/wall-verify/?next=https://valor.globo.com/impresso>